



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 11ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 13 de outubro de 2015. _____

1

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Décima Primeira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e vinte e cinco minutos, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Rodrigo Pereira Costa fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1879, 1892, 1893 e 1894/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1878/2015 – Osmar da Silva; 1880, 1881, 1882, 1883, 1884 e 1885/2015 – Ely Escarpini; 1886/2015 – Brás Zagotto; 1887, 1888, 1889, 1890 e 1902/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1891/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior. **Requerimentos:** 1644, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684 e 1685/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1645, 1646, 1647 e 1648/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 1649/2015 – Brás Zagotto; 1650/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 1651, 1686, 1687, 1688, 1689 e 1690/2015 – Lucas Moulais; 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659 e 1660/2015 – Rodrigo Pereira Costa. **Ofícios:** 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2658, 2659, 2660 e 2661 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas; 2654/2015 – Rogério da Silva Athayde – Coordenador Executivo de Defesa do Consumidor; 2655/2015 – PMCI – Maurício Luiz Daltio – Secretário Municipal da Fazenda. **Projetos de Lei:** 230/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 231 e 232/2015 – Poder Executivo. **Projetos de Decreto Legislativo:** 360, 366, 367 e 368/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 361 e 362/2015 – Wilson Dille dos Santos; 363, 364 e 365/2015 – Rodrigo Pereira Costa. / Logo após, a pedido do Vereador Carlos Renato Lino, foi observado um minuto de silêncio pelo falecimento da sogra da Luciana, que é assessora do Vereador David. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Inicia dizendo que fará a defesa da Câmara, que foi atacada por um servidor público e, talvez, isso não seja do conhecimento de todos. Exibe a matéria da TV Gazeta, do dia 07/08/2015, falando sobre a reclamação dos motoristas que têm seus carros rebocados por estarem estacionados em local proibido, mesmo quando chegam antes do guincho e da multa ser aplicada. Diz que o repórter ressaltou que o projeto precisa ser sancionado pelo prefeito, que tem quinze dias para analisá-lo, após o recebimento do mesmo. Comenta que, na reportagem, um representante da prefeitura alegou que os agentes de trânsito liberam o veículo quando o condutor chega antes do guincho, desde que a documentação

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

esteja em dia. Registra outra matéria do dia 09/09/2015, que mostra um festival de desrespeito no trânsito em Cachoeiro, com carros parados em cima de calçadas e em pontos de ônibus, ocasião em que a prefeitura prometeu intensificar a fiscalização, sendo que os agentes de trânsito começaram a agir, por exemplo, na Rua Antônio Caetano Gonçalves, no Bairro Gilberto Machado. Cita que, na reportagem, foi falado sobre quando o guincho pode levar ou não o carro, sendo que a repórter disse que a lei começou a valer este ano, embora o agente de trânsito tenha garantido que já agia assim antes e que, ao constatar que havia um veículo irregular, verificava se o mesmo era roubado ou furtado e, em seguida, acionava a central para solicitar o serviço de guincho. Prossegue com o seu discurso, informando que, apesar de a lei ter começado a valer este mês em Cachoeiro, a Secretaria de Defesa Social disse que os agentes de trânsito já seguiam o que era determinado pelo Conselho Nacional de Trânsito, ou seja, se o motorista chegasse antes do guincho, o veículo era liberado. Salaria que na Instrução de Serviço Detran/ES Nº 5N, o artigo 8º diz que “O procedimento de remoção poderá ser cancelado pelo agente da autoridade de trânsito, antes de seu início e no local do cometimento da infração, não havendo, nesse caso, a cobrança pelo serviço; parágrafo único – o cancelamento previsto no caput deste artigo poderá ser realizado desde que o funcionário da credenciada não tenha iniciado a colocação de patins para a remoção de veículos trancados e/ou não tenha deslocado o veículo a ser removido da via diretamente para a estrutura do veículo tracionador (guincho), configurando-se, após isso, a remoção”. Registra a matéria do Jornal A Tribuna, do dia 07/08/2015, que diz o seguinte: “O agente de trânsito Marcos Vinícius Coelho informou que os agentes de Cachoeiro seguem a Resolução 371 do Conselho Nacional de Trânsito – Contran, que estabelece o procedimento de remoção. Segundo o agente, a legislação do órgão obriga o responsável pela fiscalização a autuar e remover o veículo”. Diante dessas palavras, afirma que já havia percebido uma contradição desde agosto e destaca que a lei que trata da remoção de veículos já tem instrução normativa do Detran e serve para orientar os pátios e guinchos credenciados, não vinculando o agente de trânsito, já que o Detran cria obrigação para esses profissionais. Explica que o Agente Marcos Vinícius Coelho, diferentemente do que foi dito pelo gerente e pelo repórter, enfatizou que seguia a Resolução 371 e que era obrigado a remover o veículo, fazendo uma interpretação pessoal da lei. Segue informando que a Câmara de Cachoeiro, por estar sempre atenta às demandas do povo, recebeu votos de congratulação do Deputado Enivaldo dos Anjos, presidente da CPI da Máfia dos Guinchos. Salaria que a Câmara recebeu também um ofício do Ministério Público, que deu um prazo de trinta dias para que a Casa apresente o procedimento da votação desse projeto. Ressalta ainda que o Agente Marcos Vinícius Coelho entrou com uma representação no Ministério Público em desfavor da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, dizendo o seguinte: “Algumas pessoas se elegem para representar o povo, mas, infelizmente, não detêm capacidade técnica para saber qual seria realmente o seu dever e a sua função como vereador. Diante disso, temos que apelar para esse duto órgão fiscalizador das leis para consertar as insanas de uns e de outros, ainda mais quando se trata de algo que mexe com todos os municípios, contribuindo para a insegurança no trânsito e ainda vindo a prejudicar a já tão prejudicada mobilidade urbana”. Diz que não dá para entender onde há prejuízo para a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

mobilidade urbana, visto que, antes, o agente de trânsito ficava tomando conta do carro, às vezes, por uma hora e meia, até o guincho chegar, em vez de fazer o serviço dele. Lembra que era isso o que ocorria na prática, embora tenha sido negado nas entrevistas, exceto por aquele que declarou que era obrigado a agir dessa forma. Segue dando continuidade à leitura da representação feita pelo Agente Marcos Vinícius Coelho, com o seguinte teor: “Requer que seja promovida, pelo Ministério Público Federal, ação de inconstitucionalidade da Lei 7.249/2015 e recomende ao presidente da Câmara de Vereadores do Município de Cachoeiro de Itapemirim, ao seu jurídico e aos seus vereadores, em especial, ao proponente dessa aberração inconstitucional, o Sr. Jonas Nogueira, suplente em exercício, que não mais venham a usurpar da prerrogativa de função pública federal”. Com isso, entende que parece até quererem colocar mordida nos vereadores da Câmara Municipal. Destaca que, entre vários exemplos já citados aqui, saiu a seguinte decisão do STF: “O Supremo Tribunal Federal derrubou a regra que impunha a partidos recém-criados o direito a fatias ínfimas do Fundo Partidário e da propaganda eleitoral da rádio e TV.” Salienta que essa decisão foi tomada por seis votos contra cinco no STF, onde estão as maiores autoridades jurídicas do país. Analisa que a Câmara foi atacada, sendo dito por um servidor público que os vereadores não têm capacidade técnica, e acrescenta que o mesmo servidor chamou o próprio prefeito de insano, já que esse sancionou a lei, para a qual o agente pede inconstitucionalidade. Pergunta qual seria o interesse de um agente de trânsito nessa questão. Lembra que o agente disse que a lei prejudica a mobilidade urbana e indaga em que ela prejudicaria, se a legislação já era cumprida. Avalia que, se a lei não ajudou, também não atrapalhou ninguém nem houve prejuízo. Ressalta que não falou sobre máfia do guincho, mas que agora começa a pensar nisso, já que nenhum cidadão do povo questionou essa legislação, somente um agente de trânsito, que já foi gerente dessa pasta. Informa que vai encaminhar essa documentação ao Deputado Enivaldo dos Anjos, recomendando-lhe que convoque o agente para que ele explique o porquê de tanta preocupação. Sugere que esta Casa avalie a possibilidade de instaurar uma comissão especial de inquérito para tratar dos guinchos e saber por que isso incomodou tanto um agente de trânsito. Salienta que também é preciso convocar o agente ou o secretário para que venha à Câmara esclarecer esse assunto. Continua o seu discurso falando da importância de divulgar mais a Lei 7.249, que dá direito ao cidadão de retirar o seu veículo, antes de iniciado o serviço de remoção, desde que esteja com o documento em dia. Comenta que o assessor de um vereador lhe disse que, na semana passada, seu carro estava sendo autuado e que na hora em que chegou para pegar o veículo, o agente de trânsito não permitiu, alegando que o guincho já havia sido chamado, ao que ele perguntou se o agente conhecia a Lei 7.249, o qual respondeu que não. Classifica como estranho uma lei entrar em vigor e o agente não ser orientado por seu superior para cumpri-la. Diante disso, registra que apresentou o Requerimento 1650/2015, convidando o secretário para vir à Câmara esclarecer o motivo pelo qual os agentes de trânsito ainda não têm conhecimento dessa lei. Ressalta que também protocolou um ofício na SEMDEF, perguntando quantos agentes de trânsito atuam no Município, qual o número de multas aplicadas em 2014 e 2015 e, desse total, quantas cada agente aplicou, solicitando ainda o nome de cada um, qual a quantidade de medidas

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

administrativas de remoção de veículos foram aplicadas em 2014 e 2015 e quantas medidas de remoção aplicou cada agente individualmente. Lembra que nas apurações da Assembleia Legislativa foi observado que um agente era o recordista de autos de infração. Repete que a Câmara deve se aprofundar mais nesse assunto para entender o porquê desse agente de trânsito ter ficado tão incomodado, chegando a chamar os vereadores de insanos e sem capacidade técnica de reconhecer o seu papel. Segue enfatizando que a Câmara Municipal não pode ser atacada, embora reconheça que qualquer cidadão tem o direito de entrar com uma ação contra esta Casa, mas não da forma colocada pelo já citado agente de trânsito, que diminuiu os vereadores como se não soubessem o seu papel. Deixa claro que não vai aceitar esse tipo de situação até porque não tem medo de ser perseguido por um agente de trânsito, pois, como advogado que é, fará a sua própria defesa. Registra que solicitará à prefeitura que abra um procedimento administrativo. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Diz que não prestou atenção nas palavras do vereador e pergunta se o rapaz que entrou na Justiça é agente trânsito. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Encerra o seu pronunciamento, respondendo que sim e que o nome dele é Marcos Vinícius Coelho, o qual, em entrevista ao Jornal A Tribuna, disse que era obrigado a remover os veículos, diferentemente do que afirmaram a secretaria, a prefeitura e o gerente dos agentes. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Inicia dizendo que protocolou uma indicação ao prefeito, dando-lhe a ideia de, dentro da legalidade, conceder aos DT's alguns direitos da CLT quanto a licenças. Lembra que os direitos da categoria estão sendo cerceados ao passo que são garantidos aos efetivos, já que a Lei 4.009, em seus parágrafos 1º e 2º, dispõe sobre licença de acompanhamento a pessoas da família no hospital. Diz que os DT's das áreas de educação e saúde reclamam de não terem o direito de acompanhar seus filhos internados em hospitais, havendo o corte de três dias de serviço, caso não seja apresentado um atestado. Pontua que essa licença está prevista na CLT e que o prefeito pode, através de um projeto ou de uma emenda ao estatuto dos servidores e à lei do magistério, garantir esse direito aos DT's. Encerra a sua fala classificando essa como uma causa justa, lembrando que os DT's também contribuem para o Município e, portanto, devem ter esse direito. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Começa dizendo-se triste ao ouvir o que foi dito pelo companheiro Jonas, já que não acredita que algum vereador tenha vencido as eleições para jogar contra o povo. Defende o projeto do colega, desafiando a qualquer agente a vir à Câmara discutir técnica de trânsito, pois o mesmo verá que aqui não há nenhum analfabeto nem ignorante. Deixa claro que esse projeto foi considerado bom para o povo, já que, de acordo com o que informa a instrução de serviço, quando os veículos estão estacionados em locais indevidos, com a presença do proprietário não é preciso acionar o guincho. Salienta que o Vereador Jonas apenas informou ao povo sobre os seus direitos. Segue registrando que foi questionado por esse agente de trânsito sobre o porquê de ter votado a favor do projeto, ocasião em que lhe respondeu que considerou a proposta favorável ao povo. Cita que não veio para a Câmara fazer politicagem; portanto, quando não concorda com algumas posições da prefeitura é por observar que as mesmas não estão de acordo com a vontade do povo. Acentua que, em seu ponto de vista, essa ação não dará em nada nem o agente conseguirá desmoralizar a Câmara, até porque acredita que o Ministério Público tenha

4

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

mais coisas para apreciar do que perder tempo com aquilo que já é de direito por constar da lei. Diz que não vai entrar nessa discussão, porque sabe que é explosivo e pode acabar discutindo com os agentes, entre os quais sabe que há muita gente boa, inclusive não pode dizer que esse que entrou com a ação é ruim. Registra que ficou apenas um ponto de interrogação quanto ao espanto do rapaz no que se refere à legalidade do projeto. Segue colocando-se à disposição do Vereador Jonas no que puder ajudá-lo, frisando que, se tivesse que votar novamente o projeto, daria o mesmo voto. Finaliza dizendo que a Câmara não quis, não quer e nunca vai bagunçar ninguém. / **Ely Escarpini:** — Manifesta o seu apoio ao Vereador Jonas e faz coro às palavras do colega Luisinho quanto ao fato de esta Casa ter que ser respeitada, e não achincalhada. Lembra que, quando entrou na escola e disse que era do Bairro Zumbi, os colegas riram, mas que hoje sabe que foi enviado para lá para mudar a história daquela comunidade. Prossegue o seu discurso, registrando que foi procurado por uma equipe do Bairro Paraíso que soube que o Zumbi é maior do que oito Municípios do Espírito Santo e que 95% das ruas de lá estão prontas, ocasião em que ele, Ely, pôde dizer que o bairro teve bons líderes comunitários, a exemplo do Fabrício, e que a comunidade foi beneficiada por uma emenda parlamentar, além do seu trabalho junto ao Governo Municipal. Ressalta que essa equipe lhe solicitou que pedisse clemência para as Ruas Sabino Scárdua, Alcina Carneiro Martins, Maria Amélia Cúrcio Xavier, Edmundo dos Santos, Gonçalves Crespo e Líbio Vieira Machado, todas do Bairro Paraíso. Salaria que, como vereador não é Executivo, só pode indicar ao prefeito municipal, pedindo que envie a essas ruas um técnico para ver a situação delas para, até o final do mandato, pavimentá-las. Lembra que, em 2008, o prefeito lhe disse que, se vencesse a eleição, trabalharia de fora para dentro, ou seja, dos bairros para o centro, promessa essa que está sendo cumprida, apesar de muita gente não gostar do chefe do Poder Executivo. Analisa que, mesmo não sendo do PT, precisa elogiar o prefeito, que tem feito um bom trabalho nos bairros carentes. Reflete que veio de Mimoso do Sul para residir no Bairro Zumbi por um projeto de Deus para que hoje aquele local pudesse ter 95% de suas ruas calçadas e com asfalto, faltando apenas um pedacinho da José Antônio Santana, que é difícil de resolver por conta de uma casa que fica no meio da via; do contrário, também já estaria pronta. Segue registrando o recebimento de uma carta do Senador Malta encaminhando em anexo o espelho de indicação de recursos que se encontra na Comissão Mista de Planejamento Público e Fiscalização, como apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, no valor de 267 mil 256 reais e 55 centavos, sendo 150 mil reais para a estruturação da unidade de atenção especializada em saúde e cerca de 100 mil reais para o Hospital Evangélico. Encerra o seu discurso frisando que isso já está na comissão para ser liberado e o sistema de convênio ser reativado para efetivação das propostas. / **José Carlos Amaral:** — Inicia dizendo ao Vereador Jonas que esta semana irá a Vitória para pedir ao Deputado Enivaldo dos Anjos que estenda a comissão dos guinchos a Cachoeiro, pois pode haver algo importante no fundo baú para colaborar com esse trabalho. Comenta que o Vereador Maitan, que representa uma comissão desta Casa, esteve no Bairro Valão, depois de o povo ter vindo aqui falar sobre o fechamento da creche, mas que, infelizmente, ele foi proibido de entrar na escola. Diz que o colega Maitan deveria ter acionado a polícia para

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

garantir o seu direito como vereador, pois ninguém pode impedir um parlamentar de entrar em área pública, conforme preveem a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município. Diante disso, repudia a secretária Municipal de Educação, caso tenha partido dela a proibição da entrada do vereador na escola. Classifica a secretária de Educação como prepotente, acrescentando que a mesma não tem peso para mexer com nenhum vereador. Declara que, se tal atitude fosse tomada contra ele, Vereador Amaral, teria pedido que a secretária fosse presa por ter desrespeitado um Poder. Lembra que a secretária foi convidada para vir à Câmara, mas se esquivou e, agora, está sendo convocada e vai ouvir aqui poucas e boas, já que quem desrespeita este Legislativo não pode ser recebido com tapete vermelho, e sim com pedras. Ressalta que o Vereador Maitan foi até o Bairro Valão defender o povo e as crianças, inclusive cita que está ao lado dele até para abrir uma comissão de inquérito, com vistas a apurar os atos dessa secretária no que diz respeito ao Fundo Municipal de Educação. Acrescenta que também fará um pedido de informação para saber onde está o dinheiro do Fundo do Programa de Regularização de Obras de Cachoeiro de Itapemirim. Continua o seu pronunciamento, salientando que, hoje, chegou nesta Casa com o espírito desarmado, mas que, infelizmente, os capetinhas estão armados para bagunçar com os vereadores. Frisa que não será mais candidato a vereador, mas, até o seu último dia de mandato, estará aqui para guerrear e defender os seus companheiros. Declara que não pode ver um amigo vereador ser tratado como fantoche ou bandido e pede ao líder que tome providências com relação a esse caso, pois, se o prefeito sancionou uma lei, é porque o seu jurídico o aconselhou a tomar tal atitude. Diz acreditar que o prefeito não faria a loucura de cercear o direito do vereador de entrar em um colégio para defender o povo. Registra que, no dia em que a secretária de Educação vier à Câmara, vai disponibilizar um ônibus para trazer o povo do Bairro Valão para cá, a fim de que seja feito um desagravo a ela, porque deveria respeitar o povo e o vereador que foi à escola dar uma atenção aos moradores. Salienta que a secretária de Educação acha que é a dona da verdade, assim como achou quando passou por outro órgão de Cachoeiro, onde causou um grande transtorno, que o diga o Chapisco. Segue lembrando que, no passado, veio para a Câmara um projeto que doava um terreno de seis mil e setecentos metros, mas que ele, Amaral, disse que a área tinha mais de treze mil metros, o que inclusive está registrado em ata. Ressalta que chegou a esta Casa outro projeto, repassando um terreno de treze mil, quatrocentos e vinte e um metros para o Hospital Infantil; assim, diz que querem repassar o terreno, mas estão se esquecendo de fazer a identificação do mesmo. Questiona como os vereadores podem doar um terreno sem doar também a edificação que consta da área. Pergunta se a obra que há naquele terreno será derrubada, se o que está pronto não será doado e se o Infantil fará lá outro hospital. Frisa que no projeto só consta a doação do terreno. Pontua que é preciso consertar o projeto e acrescenta que sempre lutou para a abertura de um hospital materno-infantil naquele lugar. Registra que os maus políticos sempre tentaram atrapalhar o funcionamento daquele hospital e que, agora, quer ver a cara de muitos desses moleques, calças frouxas e fariseus que disseram que aquele prédio estava caindo. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Informa que o hospital será regional. / **José Carlos Amaral:** — Lembra que apresentou uma emenda para ser materno-infantil, a qual foi

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7

aprovada por esta Casa de Leis. Encerra repetindo que ocorreram muitos comentários de que o prédio, onde funciona a Superintendência de Saúde, estava caindo e indaga se vão demoli-lo para instalar um novo hospital, pois cobrará isso depois. / **Delandi Pereira Macedo:** — Quanto à convocação da Secretária Cristiane Paris, frisa que, de forma delicada, lhe encaminhou um convite, crendo que o mesmo seria suficiente para que ela viesse à Câmara, entendendo que é submissa a esta Casa. Cita que ela está naquela pasta como secretária, mas, quando necessário, deve prestar contas a esta Casa. Lamenta que ela não tenha entendido dessa forma, tanto é que disse que qualquer pergunta que ele, Delandi, quisesse lhe fazer poderia ser feita aos Vereadores David e Maitan, os quais estariam aptos a responder por terem estado presentes na reunião. Dirigindo-se ao Vereador David, pontua que a fala da secretária deixou a entender que ele é o secretário de Educação, ou seja, a mente dela se remeteu há alguns anos, época em que esse colega era titular da referida pasta. Assim, diante da falta de entendimento da parte da secretária, comunica que foi protocolada uma convocação para que ela venha à Câmara explicar o porquê de a notícia ter chegado antes da hora nos colégios do Valão, Agostinho Simonato, Valão de Areia e de outras localidades, dando conta de que não haveria renovação da matrícula dos alunos para o próximo ano, já que essas creches e escolas seriam fechadas. Lamenta o fato de a secretária não ter atendido o convite e diz que, agora, se ela não aceitar a convocação, sofrerá as penalidades cabíveis. Conclama a todos os vereadores a estarem presentes quando a secretária vier aqui para tentarem colocar na cabeça dela a necessidade de ser mais educada com esta Casa de Leis. Segue externando a sua solidariedade ao Vereador Jonas, destacando que por mais razões que esse funcionário pudesse ter, inclusive o direito de entrar na justiça, solicitando uma ADIN em cima de projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, não lhe caberia denegrir a imagem desta Casa. Enfatiza que, mesmo que a Câmara errasse quanto a um projeto de lei, nem assim um servidor teria o direito de se dirigir a este Poder como se ele fosse composto por um bando de irresponsáveis que não sabem o que fazem aqui. Apoia a convocação que o Vereador Jonas fez ao secretário e acrescenta que a mesma também poderia ser dirigida ao servidor, pois, se havia dúvidas da parte dele, deveria primeiramente ter buscado o entendimento com esta Casa, e não denegrir a imagem dela perante o Poder Judiciário. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Registra que já disse ao líder que o prefeito precisa tomar uma atitude, pois não só os vereadores foram ofendidos, como também o próprio Carlos Casteglione, que sancionou a lei, e o seu jurídico. / **Delandi Pereira Macedo:** — Prossegue o seu discurso, ressaltando que fez um encaminhamento extraoficial ao diretor-presidente da Agersa, o Fernando Moura, solicitando esclarecimentos quanto ao andamento de um pedido desta Casa para que o ônibus responsável pelo atendimento da região de Gironda possa ir até o ponto final. Diz que esse pleito até hoje não teve definição e que, se a solicitação feita com todo o encaminhamento, conforme também fez o Vereador Lucas, não foi atendida, fica parecendo um jogo de empurra. Reportando-se ao Vereador Lucas, diz que teve informações de que a empresa não vai atender esse pedido nunca, porque não tem interesse; portanto, enquanto puder dificultar, assim o fará, evitando que o ônibus atenda a essa parcela da população de Gironda. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Declara que está

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

uma pilha de nervos, porque esteve em uma festa em Gironde e foi muito cobrado por conta de um secretário irresponsável, o qual lamenta fazer parte desta administração. Cita que essa situação do ônibus também foi conversada lá e que há o Ministério Público para olhar isso, sendo que ele, Lucas, não ficará calado em relação a essa covardia que fizeram com o povo. Ressalta que, se há algum débito quanto à administração, que ela seja penalizada de outra forma, porque, desse jeito, está prejudicando a maioria. / **Delandi Pereira Macedo:** — Menciona que isso é o cúmulo do absurdo e adianta que tomará as providências cabíveis quanto a essa questão, que se tornou de honra para ele e para o companheiro Lucas. Lembra que esteve lá várias vezes, inclusive com o Secretário de Interior, o Neném Cadável, quando foi feita uma intervenção no Viradouro, retirando-se uma árvore que, segundo a empresa, impedia a manobra do coletivo, mas, mesmo assim, não houve definição. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Pontua que esse trabalho foi aprovado pela empresa, já que a linha havia voltado a ser feita; porém, sem mais nem menos, retiraram o ônibus de lá, sendo que, agora, a parada de quinze minutos é perto da Igreja Católica, quando, em seis minutos, faria o percurso de ida e volta. Diz que o Vereador Delandi pode contar com ele nessa boa ação. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga se já foi feito o quebra-molas. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Responde que acabou de receber um pedido de sua assessoria para não se pronunciar a esse respeito, mas registra que pela primeira vez o Secretário Braz deixou a desejar. Justifica a sua colocação, informando que o secretário disse “sim” à obra, inclusive marcou o dia, mas nada foi feito até agora. Pergunta se ele fará isso só no dia em que o saci cruzar as pernas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que há asfalto para fazer operação tapa buraco na cidade, só não há para esse quebra-molas. Dirigindo-se ao Vereador Elias, diz ter feito uma consulta quanto ao esgoto que está sendo lançado naquela tubulação de coleta nos bairros onde essa canalização existe. Apesar disso, observa que há muitas residências que continuam lançando o esgoto no córrego, o que causa prejuízos ambientais e, conseqüentemente, a outros moradores, que têm que conviver com um forte mau-cheiro, conforme se vê nos Bairros Santo Antônio, Coramara e Nova Brasília. Cita que gostaria de saber a quem compete a responsabilidade de fiscalizar essas residências que estão lançando esgoto nos córregos. Destaca que é dever do morador dar destinação a todo resíduo que produz, conforme prevê lei federal, e acrescenta que a parte do Município é disponibilizar perto da casa do cidadão uma rede de esgoto; assim, quando há córrego, o Projeto Córrego Limpo prepara a tubulação para que, naquele tubo, sejam feitas as ligações, pedindo-se à concessionária que faça os procedimentos, como ocorre quanto à energia elétrica. Indaga de quem é a responsabilidade de fiscalizar: se da Secretaria de Meio Ambiente, da de Vigilância Sanitária ou da Fiscalização de Posturas. Diz que só com tal definição a cidade poderá ter uma coleta que permita dizer que Cachoeiro de Itapemirim está cumprindo o seu papel quanto ao saneamento. Ressalta que faz questão disso porque, ao lado dos companheiros Jonas e Rodrigo, compõe a importante Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Saneamento desta Casa de Leis, ouve as reclamações e não vê a definição, tanto é que mais uma vez fez essa solicitação extraoficialmente ao diretor-presidente da Agersa. Acentua que, segundo informações, já está sendo programada uma definição, mas percebe que, diante da demora, vai acabar esta gestão,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

e o problema não será solucionado. Segue solicitando também uma definição quanto à lei que atende aos beneficiários da proteção continuada, dando gratuidade aos deficientes no transporte público do Município. Cita que está sofrendo essa cobrança dia e noite, inclusive através de seu programa de rádio. Enfatiza que a Secretaria de Ação Social e a Agersa estão preparando essa cobertura para que o Município arque com a responsabilidade de atender aos deficientes, a não ser aqueles que vão até a referida pasta de pires nas mãos pedindo que o Secretário Tiago lhes dê o passe, permitindo-lhes sobreviver. Registra que o referido secretário já falou das dificuldades que tem para prestar esse tipo de atendimento exatamente por falta dessa cobertura da lei, a qual não chega a esta Casa para que possa ser feita a definição, garantindo, assim, segurança jurídica à secretaria e também o benefício dos deficientes. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Cita que a Lei Orgânica do Município dá o direito de transporte gratuito aos deficientes, salvo engano, em seu artigo 37. Frisa que ainda que outras legislações ordinárias tenham caído por inconstitucionalidade, a Lei Orgânica do Município não foi modificada, está em vigor e, portanto, pode também respaldar esse pleito dos deficientes. / **Delandi Pereira Macedo:** — Rebate dizendo que a cobertura da lei não está no estado completo ao ponto de dar segurança jurídica. Segue ressaltando que há muita gente por aí tentando denegrir a imagem dos vereadores, indo para o facebook dizer que é preciso trocar todos eles, pois nenhum vale nada. Explica que isso ocorre, porque essas pessoas não acompanham o trabalho que a Câmara faz e que, enquanto vereadores, eles não podem deixar assuntos pela metade para que a população diga que não precisa do parlamentar, com o bônus recaindo apenas sobre quem está fazendo a lei. Finaliza, sentindo-se feliz por esta Casa ter recebido votos de congratulação da Assembleia Legislativa por ter tomado iniciativas que muitas outras Câmaras Municipais não tomam, ou seja, o Legislativo de Cachoeiro de Itapemirim sai na frente, elaborando projetos que atendem às necessidades da população. / **Jonas Nogueira Dias Júnior, levantando questão de ordem:** — Registra que o artigo da Lei Orgânica ao qual se referiu é o 127. / **Elias de Souza:** — Solidariza-se com o Vereador Delandi quanto ao problema sério que classifica como balela de dizerem que Cachoeiro tem 97% ou 98% do esgoto tratado. Pede desculpas à agência reguladora e à Odebrecht, mas registra que, falando pela região do BNH de Baixo, BNH de Cima, Coramara, Marbrasa, Central Parque, Gilson Carone, Boa Vista e Aeroporto, não acredita que haja em Cachoeiro 97% a 98% do esgoto tratado. Cita que já participou de almoço, de café da manhã e de alguns jantares com a Odebrecht, e esse tipo de declaração o assusta, tendo em vista que a Agersa é a agência reguladora. Segue dizendo que a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, junto com a Agersa e o Ministério Público, poderia providenciar um estudo quanto a esse percentual, embora reconheça que é difícil fazer tal fiscalização, inclusive desconhece que haja empresa com capacidade e know-how para medir esse volume de esgoto tratado. Frisa que algo precisa ser feito quanto a esse estudo, considerando que os córregos de sua região já morreram há muito tempo e que os canos verdes que simbolizam a coleta e o tratamento há anos foram colocados lá sem que nenhuma melhoria ou qualidade possa ser visualizada. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Diz que esteve também olhando essa situação do BNH e viu que o córrego está horrível. / **Elias de**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10

Souza: — Repete que o córrego está morto, enquanto os canos passam por lá. Destaca que a Câmara tem que colaborar não somente convidando a vir aqui o presidente da Agersa, que é o Fernando, o qual considera sério, mas também apurando essa situação, pois são cobrados 40% de esgoto em cima da tarifa de água. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Corrige informando que a taxa de esgoto é 80% para pessoa física e 100% para pessoa jurídica. / **Elias de Souza:** — Pedes desculpas por ter se equivocado e agradece a correção, salientando que, então, a coisa é mais complexa do que ele estava imaginando. Conclui que o povo de Cachoeiro está pagando uma conta que não lhe cabe pagar. Aproveitando esse um ano e meio que ainda resta de mandato, sugere que a Casa faça um trabalho sério quanto a esse percentual, já que nesse tempo todo de Citágua e de Odebrecht ele, Elias, nunca concordou com os números divulgados na televisão, números esses inclusive que levaram as empresas a ganharem prêmios nacional e internacional. Deixa claro que vários rios já morreram, a exemplo do Tietê, onde o Estado tem instrumentos de fiscalização muito maiores do que os daqui. Informa que vários países fizeram trabalhos sérios e conseguiram recuperar seus rios, córregos e nascentes, enquanto que no Brasil essa situação é empurrada com a barriga para financiar campanha política de certos candidatos a vereador e a prefeito. Enfatiza que, na época de campanha, muitos candidatos batem nessas portas, mas, depois de eleitos, tudo se acalma, e a situação permanece do mesmo jeito, com o rio sendo destruído. Cita que é preciso fazer um trabalho sério e isento, não importando o que acontecerá com a prefeitura, com a Agersa ou com a Odebrecht. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Lembra que, recentemente, foi veiculada uma matéria na TV a respeito de um mato que está crescendo e avançando dentro do rio, o qual é fruto da poluição. Diz que um cidadão chamou a imprensa e denunciou isso, sendo que a Odebrecht alegou que aqui o esgoto é tratado, mas que nas cabeceiras não. Indaga como isso ficará e se será permitido que o mato avance até matar o rio. Informa que a Agersa e a Odebrecht têm técnicos qualificados para encontrar uma solução para isso, e não apenas lançarem mão da justificativa de que os Municípios vizinhos não tratam seus esgotos. Endossa as palavras oportunas dos Vereadores Delandi e Elias. / **Elias de Souza:** — Encerra agradecendo os apartes. / **Carlos Renato Lino:** — Agradece ao Prefeito Casteglione que, na sexta-feira, esteve em Coutinho, ocasião em que foi dada a ordem de serviço de quase 1 milhão de reais para o asfaltamento de ruas, atendendo a uma reivindicação antiga da comunidade. Acrescenta que, na oportunidade, reivindicou ao prefeito a reforma da quadra, o qual se comprometeu perante o vereador e à comunidade a fazê-la. Por fim, registra que, no domingo, fez uma festa de confraternização para comemorar o seu aniversário e agradece as presenças dos companheiros Alexandre Bastos, Alexandre Maitan e dos Secretários Josias e Romário. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pedes desculpas por não ter comparecido ao evento devido a um encontro de casais. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que acate o pedido de cessão de seu tempo para o representante dos pais da Creche João de Deus Madureira, que externará a aflição das famílias quanto ao fechamento da mesma. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / **Jeremias de Oliveira Silva:** — Ressalta que está ocupando a tribuna a pedido de alguns familiares que, devido ao trabalho, não puderam estar

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

presentes, sendo que ele veio falar da insatisfação da comunidade com a lamentável notícia do fechamento da creche do Bairro Rubem Braga que, desde 2008, atende às crianças. Destaca que a referida creche só não atende mais crianças, porque não foi feito nenhum investimento lá no sentido de ampliar o prédio, mesmo havendo espaço no terreno adquirido. Frisa que o seu filho tem dois anos e meio e só não está matriculado na creche porque ela não foi ampliada e, portanto, não há vagas para atender a todas as crianças da comunidade. Indaga como os pais ficarão diante do fechamento da creche. / **Graciele Alves Vieira Rabelo:** — Esclarece que o bairro cresceu, está em movimento e que há espaço para ampliação da creche para atender os pais que precisam dessas vagas. / **Jeremias de Oliveira Silva:** — Explica que o que eles desejam é o apoio dos vereadores quanto à causa não só do Bairro Rubem Braga, já que também souberam do fechamento de doze creches e mais escolas no final deste ano. Encerra citando que há um estudo a ser concluído no final do mês com essa finalidade e que, ao vir a esta Casa, sua intenção é fazer um pedido de SOS, de ajuda para que as creches não sejam fechadas, prejudicando as famílias e as comunidades. / **David Alberto Lóss:** — Lembra que chegou a esta Casa o Projeto do Plano Rodoviário Municipal Rural, já tendo sido analisado pela procuradoria e pela Comissão de Justiça, a qual apresentou emendas. Registra que esteve presente aqui um técnico dando explicações e que, mesmo assim, foi preciso fazer as emendas; então, alerta aos colegas para que, na hora da votação, as aprovem, visto que enriquecem a proposta oriunda do Poder Executivo. Segue declarando-se satisfeito por saber que está ganhando força nacional a discussão que sempre faz aqui, que é quanto à necessidade de ser elaborado um novo pacto federativo. Diz que os Municípios Brasileiros estão todos em crise por conta do atual pacto federativo, que não funciona mais, inclusive registra que há um movimento de caráter nacional, o qual ganhará repercussão com grande marcha dirigida a Brasília para exigir que o Congresso modifique isso. Salaria que o problema ocorrido com o colega Jonas tem tudo a ver com esse seu pronunciamento, pois, se um vereador de uma cidade não pode legislar sobre uma questão de trânsito, envolvendo a remoção de um veículo que está atrapalhando, essa é uma prova contundente da necessidade de construção de um pacto federativo jurídico. Dessa forma, analisa que os Municípios teriam maior competência jurídica, porque atualmente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação é obrigada a dar pareceres contrários a projetos dos vereadores que poderiam ser aproveitados, mas que geram inconstitucionalidade em função desse pacto em vigor. Enfatiza que é preciso olhar o pacto que ocorre em países mais adiantados do que o Brasil e alterar esse que vem capengando ao longo dos anos. Indaga por que a União precisa ter tanto dinheiro guardado em Brasília, enquanto os Municípios ficam quebrados. Avisa que daqui a pouco um problema que não se havia sentido vai começar a ocorrer, que é a dificuldade para que os funcionários públicos estaduais e municipais recebam seus salários, porque a crise vai se aprofundar. Acentua que não é profeta do desespero, mas vê com muita clareza que a bola de neve está se formando, se ampliando e chegará ao ponto de os Municípios não poderem pagar os salários. Ressalta que a Constituição Federal de 1988 perdeu uma grande oportunidade de rever isso, já que foi feita de forma analítica, com artigos e mais artigos, quando deveria ter sido genérica, contemplando uma alteração maior na distribuição dos recursos do país. Repete que os

11

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Municípios não têm recursos e não é pelos motivos citados pelo Governador Paulo Hartung, segundo o qual os prefeitos teriam gasto dinheiro com festas. Diz que isso pode até ter acontecido e que ele, David, é contra esse monte de festas, que geram pão e circo, mas esse não é o motivo da crise, cabendo uma alteração nesse pacto. Finaliza conclamando a todos para observarem como o federalismo americano funciona na prática, destacando que o do Brasil é capenga, prova disso é o desmembramento violento dessa crise. / **Fabício Ferreira Soares:** — Inicia abordando o tema da doação de um terreno com um prédio construído nele, conforme disse o Vereador Amaral. Cita que é preciso saber como transportar aquele prédio para outro lugar, lembrando que foi aprovada uma lei nesta Casa, garantindo que aquele fosse um hospital público, com 100% de atendimento pelo SUS. Acrescenta que, na época, chegou a ir a Brasília, com a então vereadora Arlete Brito, para conversar com o representante do Ministério da Saúde, o qual teria perguntado como foi possível construir um hospital público municipal com dinheiro federal, diante desse monte de problemas envolvendo a área. Destaca que a área pertencia ao Hospital Infantil, e a prefeitura a comprou por 1 real, porque as coisas em Cachoeiro eram feitas da forma como os políticos queriam, e não como queriam os trâmites legais. Aponta que, como o Judiciário colocou uma “molecada” nova para trabalhar, essa forma de fazer as coisas começou a ser questionada. Segue dizendo que a ideia inicial era fazer lá um hospital materno-infantil. Ressalta que a entidade, confiando no político da época, vendeu a área por 1 real, já que não poderia doá-la, sendo construído um hospital público federal para, depois, doar o prédio ao mesmo Hospital Infantil. Pontua que eles apenas se esqueceram de que haveria eleição e, quando ela chegou, como o tal político não se reelegeu, não conseguiu concretizar seu sonho, que era fazer lá um hospital público geral com o objetivo de doá-lo à filantropia. Continua o seu discurso discorrendo sobre o conceito da palavra “filantropia”, destacando que, no contexto geral, significa humanitarismo, vontade de ajudar o próximo e advém de um termo de origem grega que quer dizer amor à humanidade. Diz que tal termo foi criado por um imperador romano, no ano 363, e, por ser muito difundido, foi relacionado erroneamente às ações de responsabilidade social das empresas filantrópicas bem mais ligadas ao terceiro setor, passando a ser considerado como a atitude de fazer algo para as pessoas, através de marketing, podendo ser inclusive o voluntariado, ou seja, quando alguém atua sem receber compensação financeira. Salienta que não é isso o que se vê na filantropia, e sim empresas como o Hospital Evangélico, Hospital Infantil e Santa Casa atuando. Indaga quando o governo assumirá a responsabilidade que lhe é devida diante do imposto alto que a população paga para ter um hospital público. Questiona por que os Municípios de Alegre e Jerônimo Monteiro possuem um hospital público e Cachoeiro não pode ter um com 100% de atendimento pelo SUS, de maneira a que toda a população pobre, e não apenas parte dela, possa usar a hemodinâmica e outros equipamentos. Explica que os pobres dos Bairros Zumbi e Village ficam na fila esperando, porque os hospitais cedem apenas 10% desses exames para eles, mesmo a máquina sendo pública, enquanto os 90% restantes vão para as clínicas particulares e outros hospitais. Ressalta que, diante desse quadro, é preciso separar o que é de fato filantropia e voluntariado gratuito. Reconhece que a Santa Casa salvou muitas vidas, assim como os Hospitais Evangélico e Infantil, numa época

12

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

em que o poder público não era atuante. Pergunta se os vereadores vão continuar deixando o poder público sem fazer a parte dele, já que entrega o que lhe cabe para os hospitais filantrópicos. Cita que os hospitais filantrópicos estão virando empresas, contratando pessoas, sendo que o Governo Federal lhes deve mais de 80 bilhões de reais, e acrescenta que essas instituições sofrem com a falta de repasse exatamente por terem assumido a saúde pública no Brasil. Acentua que a saúde pública no país foi terceirizada e que, por isso, ele, Fabrício, não é favorável a que seja doado prédio público nenhum para a filantropia por entender que o Brasil precisa dar um passo maior e que Cachoeiro necessita de um hospital público geral, 100% financiado e pago pelo governo. Conclama os colegas a estarem atentos à responsabilidade de discutirem bem esse tema da doação ou não do terreno, dentro do qual há um prédio público. Segue concordando com o Vereador Delandi que falou da necessidade de convocar a secretária de Educação até por faltar, muitas vezes, respeito da parte de alguns secretários municipais para com esta Casa, esquecendo-se que os vereadores são seus fiscalizadores. Diz que a secretária tem que lhes explicar o que será feito nesses prédios escolares que serão fechados, pois juntar os alunos em uma escola ou não é uma questão de planejamento exclusiva do prefeito. Indaga se esses prédios públicos serão abandonados, demolidos ou usados para oferecer alguma coisa para a população. Analisa que os vereadores não podem aceitar que o Governo Municipal simplesmente deixe esses prédios públicos abandonados para virarem pontos de drogas nas comunidades. Enfatiza que cabe à Secretaria de Educação apresentar um projeto de ocupação desses locais, o que ele, Fabrício, não acredita que exista. Continua o seu discurso falando sobre o Projeto de Lei 58/2015, de iniciativa do Vereador Jonas, que trata da aplicação de medida administrativa de remoção de veículos, em caso de infração de trânsito, salientando que concorda que o servidor Coelho, ao externar a sua opinião, deve tratar melhor esta Casa, mas também entende que o mesmo tem o direito de arguir a inconstitucionalidade dessa matéria, conforme é garantido a qualquer cidadão. Concorda também que o projeto é inconstitucional, inclusive salienta que a procuradoria, assim como a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, foi contrária à aprovação do mesmo. Lembra que o colega Jonas, então, apresentou um recurso, o qual também foi negado pela comissão e pela procuradoria, só que os vereadores o aprovaram. Diz que, na época, ele e os colegas David e Léo, que compõem a Comissão de Justiça, votaram contra o projeto, sendo seguidos pelos Vereadores Maitan, Elias, Carlos Renato e Lucas Moulais. Cita que agiram dessa forma com a intenção de defender os pareceres dados no Poder Legislativo e alerta que não se pode acatar esse tipo de decisão vinda do plenário. Indaga ao Umberto Júnior com que parecer jurídico o prefeito conseguiu sancionar essa lei, ou se foi somente com base na vontade política de agradar o vereador. Avisa que, se for assim, é melhor parar de emitir parecer nesta Casa, deixando para o prefeito decidir se vetará ou sancionará os projetos. Enfatiza que os projetos não podem ser aprovados apenas com base na vontade política dos vereadores, e sim nos pareceres técnicos; do contrário, alerta que vão começar a banalizar o trabalho desta Casa de Leis. Classifica o projeto do vereador como importantíssimo, mas ressalta que há uma lei federal, a qual ele replicou, municipalizando. Acentua que, se isso fosse de competência do vereador, e não do chefe do Executivo, seria

13

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

feito; assim, analisa que, se continuarem a votar dessa forma, muitas pessoas entrarão no Judiciário com um pedido de inconstitucionalidade, o que ficará feio para a Câmara. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Frisa que o recurso foi acatado na votação, assim como o projeto, e que na Assembleia Legislativa, na última semana, o plenário derrubou três pareceres de inconstitucionalidade dados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sendo esse o processo legislativo correto. Diz que, ao contrário do que foi defendido pelo Vereador Fabrício, o que os membros da Casa precisam aprender a fazer é recorrer ao plenário, considerando os exemplos já citados de que até o Supremo diverge por seis votos a cinco. Ressalta que, com todo o respeito ao procurador, não será apenas o parecer da procuradoria e o da Comissão de Constituição, Justiça e Redação que impedirão o direito do vereador de recorrer ao plenário, que é soberano. Diz ainda que, no meio jurídico, ninguém é o dono da verdade, sendo direito do legislador entrar com recurso diante de pareceres contrários, basta ver que a maioria dos colegas entendeu que deveria votar pela aprovação do projeto. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Explica que o projeto rejeitado pela comissão não vai à votação, conforme previsto no Regimento Interno e na Lei Orgânica, mas que o Vereador Jonas entrou com um recurso contra essa decisão. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Esclarece que o parecer contrário só impede a votação, caso o proponente do projeto não recorra dessa decisão; do contrário, sendo o recurso interposto e acatado, o projeto irá sim à votação, conforme ocorreu aqui. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Rebate destacando que, se os vereadores acharem válido fazer um trabalho mais político do que técnico, começarão a votar a favor de todos os pareceres. Quanto ao caso do projeto do Vereador Jonas, diz que está muito tranquilo, já que o servidor entrou na Justiça, e será possível ter a definição se a matéria é ou não constitucional. Encerra o seu pronunciamento dizendo-se esperar que a mesma seja constitucional para que esta Casa não fique envergonhada, pois já foi mencionado que a votação é de acordo com o sabor e com a vontade dos vereadores. / **Wilson Dille dos Santos:** — Reportando-se à última fala do Vereador Fabrício, diz que a mesma não foi feita de forma saudável, pois, em sua opinião, a Câmara nunca será envergonhada. Reflete que cada um tem o direito de votar e de se expressar, defendendo o que é de interesse da população. Quanto ao projeto do Vereador Jonas, analisa que, mesmo com o parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, coube-lhe a prerrogativa regimental de apresentar um recurso, o qual permitiu a votação. Lembra que a tramitação do projeto foi tranquila, na total legalidade, e reafirma a sua decisão de, em caso de retorno da proposta, votar novamente a favor, por ter dado um voto consciente, assim como acredita ter feito o Vereador Fabrício. Esclarece que se posicionou de forma favorável ao projeto por entender que ele coibiria algumas ações que não são muito recomendáveis nem aceitáveis. Pontua que é preciso haver entendimento e consideração quanto a essas coisas que alguns agentes de trânsito andam fazendo no Município, tanto é que o tema é polêmico, razão pela qual considerou muito válido o retorno do processo para que a Câmara pudesse dar mais clareza à sociedade. Ressalta que houve coerência da parte daqueles que votaram a favor e contra a proposta, visto que a Câmara possui dezenove vereadores que pensam e contribuem para o bem-estar da sociedade. Lembra que de barreira em barreira a Câmara vai vencendo e

14

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15

que, como foi confirmado pelo agente já tratar-se de um procedimento aplicado pelo Detran, pode ser que tudo isso seja decidido de forma pacífica, a começar pelo próprio Contran, órgão maior ao qual cabe cuidar dessas questões. Prossegue chamando a atenção para o cenário diferente que está sendo visto na Câmara, numa alusão ao “Outubro Rosa”, sendo esta a terceira ou quarta vez que o Poder Legislativo abraça essa nobre causa que é a prevenção do câncer de mama, inclusive parabeniza a Mesa Diretora por ter aberto espaço para receber, na próxima semana, uma ginecologista e uma psicóloga, que vão abordar esse tema, iniciativa essa que ocorre também em nível nacional e internacional numa mobilização importante. Parabeniza também a equipe que cuidou da ornamentação até chamativa do plenário e antecipa que vem aí o “Novembro Azul”, quando será ouvido um urologista, indicado pelo Vereador Delandi, para tratar de causas direcionadas ao sexo masculino. Finaliza o seu discurso registrando que chegou o momento de entregar ao prefeito e aos vereadores o resultado do trabalho da Comissão de Mobilidade Urbana, destacando ainda que o mesmo contém tudo aquilo que a sociedade enxergou como bom para Cachoeiro. / **Lucas Moulais:** — Referindo-se ao pronunciamento do Vereador Delandi quanto a Soturno e Gironde, diz que essa situação está uma vergonha e que, embora não possa dizer que se sinta envergonhado, não compareceu à missa de Nossa Senhora Aparecida por conta dos maus tratos nessa última comunidade. Segue registrando que, ao decidir ir a uma exposição de carros, foi afrontado pelo povo, que acha que está sendo dada prioridade a Soturno. Manifesta a sua tristeza e se desculpa com a sua assessora predileta, que lhe pediu que não fizesse esse discurso. Pontua que o secretário mentiu até para ela, pois havia lhe garantido que taparia os buracos, inclusive afirmando que a massa já teria sido licitada. Diante disso, salienta que, pela segunda vez, o secretário vacilou com ele. Anuncia que voltará no Grande Expediente para falar de outro secretário e, nesse caso, será para dar “porrada” mesmo, visto que ele está brincando com a consciência do povo. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Rodrigo Pereira Costa:** — Faz referência à fala do Vereador Fabrício quanto ao hospital materno-infantil, frisando que a sua opinião é contrária à do citado companheiro, pois, apesar da complexidade do histórico daquele hospital, observa que o mesmo vem em boa hora para a Região Sul. Segue citando que o Hospital Infantil doou o terreno para o Município, e o ex-prefeito Ferrão construiu o prédio para ser um hospital materno-infantil, embora nunca tenha funcionado dessa forma. Analisa, portanto, que é mais do que justo que o Hospital Infantil gerencie o materno-infantil, que será regional. Quanto à afirmação de que é preciso que o hospital seja 100% SUS, classifica como utopia acreditar que algum governo fará isso, tendo em vista que prestar serviço de saúde gera muito gasto. Lembra que aí entra o pacto federativo, aquele projeto que está em Brasília, para que os recursos federais cheguem ao Estado e ao Município. Indaga como um governador e um prefeito podem fazer saúde sem recursos financeiros. Esclarece que o tal pacto federativo será exatamente para que a presidente da República envie os recursos, pois só com eles haverá capacidade de manter um hospital 100% SUS em qualquer região do país. Afirma que, sem dinheiro, nenhum prefeito ou governador será doido de assumir a saúde sozinho; daí a importância das parcerias com os hospitais filantrópicos e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

16

casas de caridade para oferecer uma saúde digna à população. Comenta que também gostaria de saber se existe um hospital com mamografia, ressonância magnética e tomografia 100% SUS, reconhecendo que esse é um sonho que só será realizado quando o país melhorar a distribuição de recursos para os Estados e Municípios, caminho esse que, infelizmente, não enxerga hoje. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Diz ter pena da Unimed, que, como hospital privado, não pode receber dinheiro público e, assim, está sofrendo com a concorrência dos filantrópicos apoiados com verbas públicas. Pontua que está muito difícil a iniciativa privada assumir hospitais para ganhar dinheiro e registra que o seu plano de saúde é o São Bernardo, sendo que o seu filho é atendido no Hospital Infantil. Frisa que, diante dessa concorrência desleal, os hospitais filantrópicos fazem obras e mais obras, basta ver que o Evangélico ganhou um terreno da prefeitura, onde poderia ser construído um prédio público, e fez dele um estacionamento. Lembra que agora mais um espaço público será doado e repete sentir pena da Unimed, pois observa que não dá mais para fazer saúde privada no Brasil. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Ressalta que a situação é complicada, mas que é preciso levar em consideração a importância desses hospitais filantrópicos para Cachoeiro. Indaga o que seria do Município sem a Santa Casa, os Hospitais Evangélico e Infantil e até mesmo sem a Clínica Santa Isabel. Esclarece que não há hospital público aqui nem a previsão de um, sendo, portanto, as entidades filantrópicas que, mesmo com as dificuldades, atendem à população, amenizando seu sofrimento. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Enfatiza que mais uma vez ele, o velho Amaral, estava certo, pois alertou que não eram seis mil, e sim treze mil, quase quatorze mil metros de área. Afirma que a sua bandeira sempre foi o Hospital Infantil, porque sabe que criança não vota e é preciso cuidar das de Cachoeiro. Deixa claro que só o Hospital Infantil tem estrutura para tomar conta daquilo lá e questiona se há outra entidade que pode fazer isso. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Responde que nenhuma outra. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Registra que essa bandeira do Hospital Infantil já está ganha e dará às crianças o que elas precisam. Segue convidando os colegas vereadores a levantarem agora a bandeira de um hospital público de traumas. Como o Hospital Infantil irá para o prédio do Aquidaban, sugere que aquela área aqui próxima seja repassada à Santa Casa, com vistas a ser feito lá um hospital de traumas, como é o desejo de todos em Cachoeiro. Cita que essa doação pode ser feita, inclusive acrescenta que isso já devia ser embutido na troca. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Concorda com o Vereador Amaral, ressaltando que o Hospital Infantil ganhará um prédio de qualidade e amplo, próprio para organizar vários serviços. Frisa, entretanto, que essa será outra discussão a ser feita com a direção do Hospital Infantil, porque entende que os vereadores não devem criar expectativas que podem não ser concretizadas. Diz ao Vereador Amaral que há a possibilidade de isso ser apresentado como uma provocação ao Jaílton e ao Winston para que façam uma parceria com a Santa Casa, de maneira a que aquele espaço seja usado para a parte de traumas. Segue discorrendo sobre o porto central no Município de Presidente Kennedy, acentuando que Cachoeiro vai ganhar muito com esse serviço, sendo mesmo o maior beneficiado. Diante disso, avisa que é preciso que esta Casa se prepare para ajudar Cachoeiro, já que a influência econômica do citado porto virá para este Município. Pontua que na região da Safra, Tijuca,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

17

Grota Fria, Retiro e toda aquela extensão há um grande potencial de crescimento econômico industrial para ajudar Cachoeiro. Alerta que é preciso capacidade para enxergar o que virá pela frente com a criação desse porto e destaca, conforme entrevista do Tales, ser meta do governador ver esse porto implantado em Kennedy, sendo necessário direcionar esforços para criar um parque industrial na região da Safra, como foi feito em São Joaquim. Manifesta o seu desejo de provocar essa discussão, com vistas à geração de emprego, beneficiando Cachoeiro com a expansão de seus empreendimentos. Cita que a Unimed já está indo para aquela região, assim como a Premocil e várias outras empresas, diante do muito espaço que existe na Safra para crescerem e se desenvolverem, favorecendo a arrecadação do Município. Encerra dizendo que Cachoeiro não pode dormir no ponto, devendo o Município estar atento, assim como os seus empresários, porque o porto central já é uma realidade, sendo que um parque industrial na Safra será uma válvula de escape para o desenvolvimento econômico. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Inicia relatando três situações, sendo a primeira delas objeto de umas dez ligações que fez hoje à secretária de Educação, cujo número dava como inexistente. Frisa que conseguiu ligar para a Secretaria de Educação, e a Subsecretária Rose o atendeu, quando aproveitou para reforçar o convite feito pelo Vereador Delandi. Diz que, segundo a Rose, a Secretária Cristiane não viria à Câmara, porque estava viajando, e que quem poderia fazer a explanação sobre o fechamento das creches seriam os Vereadores David e Maitan. Ressalta que está fazendo a defesa dos dois colegas e que deixou claro que o convite era para a secretária, até porque os vereadores participaram apenas de uma reunião e, assim, não sabem de tudo. Enfatiza que agora a secretária será convocada, inclusive o requerimento já foi preparado pelo Vereador Delandi e será encaminhado. Comenta que foi dito que a Câmara sabia do fechamento das creches, mas que isso não é verdade, e afirma que esta Casa de Leis não se coloca contra o povo. Salaria que em uma entrevista viu que nem o prefeito sabia nada sobre isso; portanto, conclui que quem tem que vir à Câmara explicar essa situação é a secretária. Registra que todos os vereadores vão lutar pela causa defendida pelas comunidades. Informa que o pessoal da creche do Bairro Valão levantou mais de mil assinaturas, já que aquele prédio recebeu uma reforma este ano, com dinheiro da comunidade e da prefeitura. Segue indagando que gestão é essa que, depois de investir recursos públicos e da comunidade, vem querer fechar a creche. Enfatiza que a Câmara precisa de uma resposta da secretária, mas não essa história de disse-que-disse, e sim olho no olho. Afirma que, chegando algum projeto na Câmara com o objetivo de fechar creche, ele, Júlio, o engavetará, mesmo que mandem vir para cá o Ministério Público, porque os vereadores não ficarão contra as crianças. Diz que o Bairro Valão necessita da creche, até porque há trinta e cinco crianças na fila de espera, razão pela qual entende que a Câmara Municipal precisa se unir, cabendo à secretária dar uma resposta. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Diz que, como o vereador citou o seu nome, cabe-lhe esclarecer que na reunião onde esteve com o colega Maitan foi dito que o documento começou a ser feito em 2013 e será finalizado no próximo dia vinte e três para ser encaminhado ao Ministério Público e certamente também à Câmara, não para votação, e sim para que ela tome conhecimento. Assim, considera que seria bom que a vinda da secretária a esta Casa se desse depois de tudo isso finalizado. Diz que, embora concorde

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18

com a necessidade de fazer um rearranjo na rede, pois há escolas e creches com cinco, seis alunos, alertou a secretária para ter cuidado na hora de colocar em prática essas medidas para daqui a um ano não ter que reabrir o que fechou. Afirma que, se não for feito o rearranjo, faltará dinheiro depois. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Salienta que é preciso ter muita cautela, porque a população está crescendo, e não se pode fechar uma creche que tem fila de espera, sendo que a mais próxima fica a três quilômetros de distância, numa via sem acostamento, podendo haver atropelamento de mães e de crianças, sem contar a situação daqueles alunos que moram na Ilha dos Meirelles; portanto, analisa que é sim a secretária que deve dar essa explicação aos vereadores. Ressalta que todos sabem da crise e da falta de incentivo para a Região Sul do Estado, mas considera ser nesse momento que se deve buscar alternativas, desde que não se faça cortes na saúde e na educação. Sugere que demitam os contratados. / **Aparteando Alexandre Bastos Rodrigues:** — Parabeniza o vereador pelo discurso e manifesta seu apoio à decisão de não votar nada na Câmara que vise fechar creches. Registra que teve o prazer de participar da festa das crianças naquele bairro, ocasião em que viu que a escola é bem cuidada pela população e pela direção, inclusive pontua que foi abordado por várias mães que estão com filhos na fila de espera, sem conseguir vaga para este ano, o que comprova ser uma incoerência o que estão fazendo com aquela comunidade. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Pergunta se o projeto precisa ser encaminhado à Câmara para ser aprovado pelos vereadores. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Responde que não. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Conclui que, assim, a situação se complica, já que, se precisasse ser aprovado aqui, o prefeito retiraria o projeto. Diz que, então, só fazendo um manifesto para que o prefeito não o apresente. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Cita que, segundo o Vereador David, há creche com cinco alunos, e deve ter uma perto da outra, o que não é o caso daquelas que estão com fila de espera, em locais carentes, onde há um alto índice de drogas. Frisa que o Bairro Valão necessita da creche e que ainda há o caso do Bairro Rubem Braga, o que requer um diálogo, pois é melhor para as mães deixarem seus filhos na creche, onde recebem educação, do que mais tarde terem de visitá-los na cadeia. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Informa que só do Bairro Valão há cinquenta e três pessoas nos presídios por envolvimento com crimes e drogas. Cita que bandidos do Rio de Janeiro estão se instalando naquele bairro para tumultuar e, portanto, as crianças não podem ser abandonadas. Avisa que é preciso ficar atento, porque nunca veio para cá projeto, pedindo autorização para fechar escola, exceto no caso do Colégio Padre Jefferson, oito, dez anos depois, assim como um de Cobiça e outro lá da área do Alício Franco. Salienta que os vereadores não podem tirar o foco da pressão para não deixarem fechar essas escolas, onde há cento e tantas crianças e mais trinta e cinco esperando vagas. Ressalta que a prefeitura precisa olhar direitinho essas supercreches, onde param carrões, com mães que podem colocar seus filhos em escola particular, enquanto que no Bairro Valão estudam crianças que precisam e não podem ser penalizadas. Diz que perguntará à secretária se as supercreches são para ricos ou para pobres. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Reafirma que o pessoal dos Bairros Valão e Rubem Braga podem contar com o apoio da Câmara, que levantará sim essa bandeira. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Cita que, segundo o Vereador David, esse estudo será

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

19

finalizado no dia vinte e três, e, assim, se prejudicarem as crianças, a Câmara Municipal poderá dar o troco na hora de votar o orçamento. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Segue discorrendo sobre o projeto do Vereador Jonas, parabenizando o companheiro pela proposta e pela vitória conquistada no plenário. Frisa que o jurídico da Casa apontou a inconstitucionalidade, mas que há um procedimento legal que o vereador fez acontecer, com toda a justificativa, mostrando que na Assembleia Legislativa o plenário também derrubou pareceres. Considera bom o projeto feito pelo vereador e informa que ele, Júlio, teve o carro guinchado e, mesmo chegando na hora, não quis usar a força da caneta por ser vereador e presidente da Câmara. Diz que isso aconteceu há um ano e meio e que pôde sentir na pele o quanto é ruim, mesmo estando errado, querer retirar o veículo e não conseguir. Prossegue enaltecendo o projeto do Vereador Jonas e dizendo que, apesar de reconhecer como direito, acha estranho um funcionário de carreira entrar na Justiça contra uma proposta boa para a população. Ressalta que por várias vezes foi falado aqui sobre a máfia do guincho, havendo até um projeto promulgado por ele, Júlio, em 2012, para que a Guarda tivesse uma área para recolher os veículos, de maneira a que a arrecadação ficasse com o Município. Enfatiza que é só colocar essa lei em prática para acabar com essa história de guincho. Analisa que colocar em prática também o projeto do Vereador Jonas representará um ganho muito grande para a população. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Parabeniza o Vereador Jonas, lembrando que votou a favor do projeto, pois essa discussão é antiga, desde que entrou na Câmara, em 2000. Segue parabenizando também o prefeito por ter sancionado a lei por entender tratar-se de um bem-estar para a população. Manifesta a sua decisão de assinar a CEI, caso ela seja requerida. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Agradece as palavras dos vereadores que se manifestaram favorável ao seu projeto, destacando que estão aqui em defesa da Câmara e da população de Cachoeiro. Solicita que todos divulguem a Lei 7.249, publicada no Diário Oficial de 03/09/2015, para que, caso o agente diga que chamou o guincho e que tem que remover o veículo, as pessoas saibam que tal legislação impede isso, desde que a documentação esteja regular. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Registra que esteve em uma reunião no Hospital Infantil, na sexta-feira, junto com vários vereadores, e diz ter ficado surpreso e contente ao ver o quanto aquele hospital está bem estruturado, ao ponto de o atendimento do SUS ter padrão particular. Segue discorrendo sobre o histórico de construção do elefante branco, enaltecendo Ferraço por aquela obra e frisando que a mesma gerou polêmica por uma questão política. Diz que o hospital de traumas é necessário e aponta que estão com a faca e o queijo nas mãos para o Município ter um materno-infantil, o qual já poderia estar em funcionamento, sendo preciso dar um passo atrás para não permitir que brigas políticas prejudiquem a população. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Salienta que o Vereador Júlio é conhecedor de sua luta para que aquele fosse um Hospital Infantil e recorda que esta Casa abriu uma comissão de inquérito a esse respeito, sendo que na época, ele, Amaral, deixou claro que o TSU aprovou todas as contas referentes àquela obra. Pontua que quer ver como ficarão aqueles que disseram que o prédio estava caindo quando o virem ocupado pelo Hospital Infantil. Lembra que o prédio não caiu nesses doze anos de ocupação da secretaria estadual. / **Júlio César Ferrare Cecotti:** — Registra que esteve na inauguração

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

20

daquele prédio e viu que era uma obra de qualidade, tanto é que está de pé até hoje. Conclama os vereadores a votarem para que seja implantado lá o hospital materno-infantil e, depois, correrem atrás de outra área para, juntos, lutarem por um hospital de traumas. Finaliza enaltecendo a obra e parabenizando o Prefeito Casteglione por ter visto que lá deveria ser implantado o hospital materno-infantil. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Inicia lembrando da polêmica, envolvendo a passagem do SAAE para a Citágua, quando Córrego dos Monos e a maioria dos pontos altos da cidade não tinham água, ocasião em que até moedas foram lançadas sobre os vereadores. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Ressalta que chegaram a quebrar o braço do ex-vereador Juarez. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Analisa que, se o Município ainda estivesse com o SAAE, a população estaria correndo risco de passar mais sede do que já passa hoje. Segue indagando o porquê de não quererem entregar aquela edificação do Bairro Aquidaban nas mãos de pessoas responsáveis, o que para ele, Luisinho, pode ser entendido como politicagem. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Deixa claro que só quer saber onde vai enfiar a tromba do elefante. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Enfatiza que vê toda essa situação como politicagem, até porque o Dr. Roberto, o José Clara, o Jercílio Cipriano e toda a equipe são pessoas sérias, além de o Jaílton ser um bom administrador, basta ver que assumiram o Hospital Infantil de Guarapari, e o mesmo está funcionando bem. Lamenta que as pessoas tentem transferir o problema para os vereadores, que não têm competência para cuidar daquilo. Fala sobre sua preocupação com o que classifica de interesses escusos, pois observa que a cidade precisa de cuidado, e o Estado não fez e não fará nada quanto a isso, até por não ter condições. Recorda que, quando esteve aqui o Deputado Marcos Mansor, dizendo ter repassado aos hospitais “x” valor em emenda parlamentar, não concordou por achar que isso não é mais do que obrigação dele, já que fica parecendo que essas entidades estão mendigando. Informa que passou um ano internado na Santa Casa e foi muito bem atendido, prova de que os hospitais de Cachoeiro merecem crédito. Frisa que não querer que o Hospital Infantil assuma o materno-infantil é demonstrar que também não quer o bem da cidade. Quanto ao projeto do Vereador Jonas, diz que essa é uma coisa que não ofende ninguém, apenas coloca uma regrinha simples, que é o respeito do agente para com o cidadão. Indaga onde estão a sinalização e a educação no trânsito, que poderiam evitar que as pessoas estacionem em local proibido, além de cobrar que os motoristas usem o capacete, o cinto de segurança e o calçado. Continua o seu pronunciamento, discorrendo sobre o Programa Madrugada Viva que o Detran promovia, ressaltando que o mesmo diminuiu em 30% a quantidade de pessoas que bebiam e iam para a rua fazer bagunça. Lamenta que a prefeitura não gaste com educação para o trânsito e diz que os agentes não questionam o prefeito quanto ao que é feito com o dinheiro das multas. Frisa que, se esse dinheiro fosse gasto dentro do Município, a situação seria outra. Cita que há alguns anos foi votada uma lei nesta Casa, a qual até onde sabe não foi revogada, prevendo que o Município tenha um lugar para a guarda dos veículos apreendidos. Recorda que foi feita a licitação, o Coronel Fabrício venceu, instalou o local no Bairro Coronel Borges e, depois, parou, porque era uma legislação bagunçada quanto ao estabelecimento dos valores. Registra que, tendo sido fechado o pátio, a guarda dos veículos passou para o Estado, que é quem

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

21

ganha com o serviço, sendo que para a prefeitura só volta aquela merreca quando o carro apreendido está com o IPVA atrasado. Salienta que os agentes sabem trabalhar sim, mas que o rapaz pegou pesado ao dizer que o vereador não sabe o que está fazendo. Indaga o porquê de tanta pressão para destruir o que é bom e também se alguém leva alguma vantagem com os carros apreendidos. Registra que não quer acusar ninguém, até porque não tem certeza, mas observa que só há um guincheiro atuando no Município. Enfatiza que os guardas e agentes querem o bem da cidade, mas também precisam respeitar os vereadores, da mesma forma que esses os respeitam. Destaca que não acredita que o Ministério Público Federal vá querer penalizar o povo de Cachoeiro nem o vereador e acrescenta que, se isso for para frente, em vez de um guincho, passarão a ser dez. Diz que está no aguardo de que o Ministério Público o convoque para explicar o seu voto, pois dirá que se posicionou de acordo com a cobrança do povo. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Acentua que de fato causa estranheza, porque as matérias jornalísticas dizem que os agentes alegaram que a coisa já funcionava assim, ou seja, se o proprietário chegasse antes do guincho, não havia a remoção. Questiona qual é a preocupação em revogar uma lei, se a coisa já funcionava dessa forma. Lembra que o Agente Coelho disse que era obrigado, pela Resolução 371 do Contran, a fazer a remoção. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Conta que o Vereador Elias, por ocasião da vitória da atual presidente da República, saiu de casa com cinco ou seis amigos em cima de uma caminhonete, quando foi parado pela Polícia Militar no Trevo do BNH. Frisa que o colega lhe perguntou se o PM poderia guinchar o seu veículo, e a resposta que lhe deu foi que não, bastando multar, tirar as pessoas de cima e liberar o veículo, mas optaram erradamente por guinchá-lo. Segue dizendo que votou o projeto do Vereador Jonas sem ler, baseado apenas na explicação do colega, mas que agora, lendo, ficou mais convencido ainda de que não há nada para atrapalhar os agentes nem os cidadãos. Finaliza adiantando que vai para a internet ajudar a divulgar essa lei e que entende que, se houver audiência pública, o povo não ficará contra a Câmara. / **Lucas Moulais:** — Inicia falando de uma situação muito grave que está acontecendo em Soturno, principalmente nas comunidades de Santo Agostinho, Santo Antônio, Pantanal e Vila Samba, diante do elevado número de casos de dengue. Informa que são mil e setecentos casos não comprovados por laboratório e cento e dezenove confirmados. Diz que conversou com o Sr. Moacyr quanto ao carro fumacê e que, segundo lhe foi informado, há vinte anos esse veículo era clandestino, enquanto hoje está tudo certinho, mas que o inseticida é por conta do Estado, além de haver poucos agentes de saúde. Segue registrando que um colega vereador brincou dizendo que defenderia o Romário e que lhe respondeu que poderia fazer a defesa até do Neymar, visto que a situação criada por esse secretário em Soturno é um câncer maligno. Salienta que não se preocupa muito com o que um amigo de Soturno fala, cuja sabedoria é voltada para o mal, tratando-se daquele que só pensa em queimar pneus na estrada. Esclarece que está se referindo ao Paulo Grolla, o qual chama de “troço ruim” do PV que assinou no DEM. Reclama que o Romário não lhe atende nem aos seus assessores Abílio e Ângela. Lembra que o Pablo sempre foi elogiado pelo Romário e, depois, foi denunciado, acusado de não trabalhar há um ano. Assim, classifica o Romário de hipócrita, informando que lhe pediu para fazer a iluminação de Canto Feliz e que,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

22

sabendo que o Pablo foi ver quantas luminárias seriam necessárias, deu um bilhete ao Cléber para entregar ao Tenente Moulon, pedindo-o que acompanhasse a obra. Enfatiza que ele pode mandar quem quiser, desde que saiba que Soturno tem um representante que respeita o povo. Diz que o secretário deu azar, porque os funcionários dele ligaram avisando que quem estava acompanhando o trabalho era o Tenente Moulon. Deixa claro que isso foi falta de respeito do secretário, mas que o Tenente Moulon é homem e, mesmo que queiram, não vão colocá-lo contra ele, Lucas. Registra que a sua briga é com o secretário, o qual para ele já deveria estar fora dessa secretaria há muito tempo, até por ser maldoso, pois disse que detonaria o Paulo em Soturno, mostrando que realmente não presta. Informa que o Romário ligou para ele pedindo um bota-fora dentro de Soturno, porque fica muito distante deslocar tudo para o lugar indicado pelo meio ambiente. Diz que, como não é menino e se lembrou do ocorrido com o terreno do Coração Sertanejo, quando fez um acordo com o Neném, o qual culminou com uma notificação para o rapaz, no valor de 6 mil reais, sabe que para lidar com esse tipo de homem é preciso ter papel assinado e, mesmo assim, ainda é capaz de acontecer mutreta. Acusa o Romário de estar ciscando para trás sem ajudar em nada o governo, e sim a si mesmo. Diz ao Vereador Luisinho que o Romário foi bom quando o colega “meteu” o malho nele, conforme consta nos anais desta Casa. Salienta que não vai atrás do Romário, e sim seus assessores, e que cuidará dele direitinho na Justiça, já que esse secretário pensa que anda muito certo. Conta que o Romário ligou para o Paulo Grolla pedindo que arrumasse o bota-fora em Soturno, prometendo colocá-lo no circuito, o que, para ele, Lucas, significa investir em uma campanha antecipada. Diz que está torcendo para que isso aconteça, porque o Tenente Moulon esteve lá como subsecretário, e não na maldade, basta ver que se sentiu envergonhado, pegou o bilhete e mostrou que lhe foi pedido para acompanhar o serviço. Anuncia que, na semana que vem, haverá mais “trapalhões”, pois há uns quatro secretários que não respeitam ninguém. Pontua que esse cara é maldoso e, apesar dos exemplos que teve na vida, ainda não tomou jeito; assim, suas palavras em relação a ele são de revolta. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Ressalta que as atas da Câmara podem confirmar que o colega não o ouviu bater no Romário, e sim no Neném, no Fassarella e no prefeito. Diz que não está aqui para defender o Romário, mas se espantou, porque a maioria das pessoas com quem conversa fala bem desse secretário, inclusive ele, Luisinho, só tem a agradecer-lo, pois, embora pareça estar na oposição, foi atendido sempre que o procurou. Frisa que não consegue enxergar o Romário como uma pessoa do mal e que até acredita que ele atenderá o companheiro Lucas e à comunidade de Soturno. / **Lucas Moulais:** — Responde que esse secretário não precisa lhe atender, e sim à comunidade. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Afirma que está ao lado do povo, e não contra a prefeitura, e que fazem a mesma coisa com ele, ou seja, pegam seus adversários e os colocam na frente, o que não o atinge, pois, como veterano que é, sabe como funcionam essas coisas. Lembra que em sua comunidade quem deixa a porteira aberta é ele; agora, quem fecha a porteira e faz um bom trabalho não precisa se preocupar com o vizinho. / **Lucas Moulais:** — Cita que o bom trabalho que a comunidade quer ver é que o seu representante não seja omissor. Acentua que para ele esse secretário tem até que se converter, o que não significa mudar de religião, e sim

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23

aprender a ser homem. Enfatiza que o secretário pode esperá-lo lá embaixo, mas não para sair na “porrada”, e sim para falar cara a cara para que seja homem de palavra. Informa que já pediu socorro ao líder em relação a esses secretários, porque caiu em uma cilada no Colégio Santa Terezinha. Diz que, para ele, quem estava certa lá era a secretária, a qual quer ouvir antes de se posicionar quanto aos Bairros Valão e outros, não ficando omissos diante do povo. Cita que lá quem fez o protesto podia pagar creche particular, tanto é que o neto está estudando em uma. Finaliza registrando que está se referindo ao José Luiz Cardoso. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Cita a fala do Presidente Júlio, que informou ter conversado com a Rose, Subsecretária de Educação, a qual teria nominado a sua pessoa e a do Vereador David por terem participado da reunião datada do dia 06/10, no auditório da SEME. Registra que na ocasião foi discutido sobre a análise da conjuntura pedagógica, técnica e administrativa e a situação da rede municipal de ensino 2015/2016. Quanto a isso, faz questão de ressaltar, apesar de os pais e representantes das escolas não estarem mais presentes no plenário, que a Secretaria de Educação protocolou o Ofício 40136, de 01/10/2015, endereçado à Comissão de Educação desta Casa de Leis, o qual acredita ter sido encaminhado pela Mesa Diretora a todos os gabinetes. Salienta que, como não faz parte da citada comissão, não sabe dizer por que a correspondência chegou ao seu gabinete; assim, informa, com respeito aos demais colegas, ter sido o único vereador a participar de todas as audiências públicas referentes ao Plano Municipal de Educação, pois se sentiu no dever de fazer isso por ter sido convidado por ofício. Segue lamentando que a mesma falta de habilidade que a secretária de Educação teve os comandados dela também demonstraram ter ao passar essa posição ao presidente da Câmara. Esclarece que a sua participação na audiência junto ao Conselho do Fundeb e o de Alimentação teve o intuito de ouvir os argumentos que a secretária de Educação usaria para convencer quanto à efetividade da medida que estava adotando, sendo que, conforme também presenciou o Vereador David, ela não respondeu a muitos dos questionamentos, o que deu a entender que a decisão já foi tomada, não se pretendendo voltar atrás. Deixa claro que a presença do Vereador David se justificou, porque ele é membro da Comissão de Educação. Diz que, para os pais, a sua presença lá foi como se estivesse corroborando com as medidas adotadas pela secretária, ou seja, sinalizava sua aprovação ao que havia sido decidido. Diante disso, salienta que está difícil acompanhar esse governo, pois a presença dos vereadores nesses eventos demonstra para a população um posicionamento que eles não adotaram. Prossegue o seu discurso convidando os colegas vereadores a visitarem o cemitério municipal para constatarem que é preciso passar sobre os túmulos onde deveria ser a passagem. Indaga que critério vem sendo adotado nesses casos, se os novos jazigos são “vales voto eleitoral” e quem está dividindo isso. Analisa que isso deve dar uma votação fantástica e lembra que foi votada nesta Casa a desafetação de uma área no Bairro Village da Luz para a implantação de um novo cemitério. Registra que, do lado da Escelsa, o carro funerário só entra de ré, pois não é possível mais fazer a manobra, tendo em vista que os acessos pela esquerda já estão todos preenchidos com sepulturas. Conta que no velório que acompanhou hoje, o carro parou, e o caixão foi carregado sobre os túmulos até o local onde seria sepultado, o que considera uma falta de respeito. Alerta que estão cavando onde é

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

24

possível cavar e que, assim, daqui a pouco, o prefeito terá que devolver os restos mortais aos parentes para que os enterrem não se sabe onde, o que não condiz com uma gestão nem com política pública. Afirma que, se os vereadores fossem combatentes como deveriam ser, estariam procurando saber que critério está sendo adotado para abrir vala no meio do passeio. Frisa que o grande problema da Câmara quanto à população é a inércia dos vereadores em apurar essas situações. Informa que o seu pai está enterrado na sepultura que era de uma tia, com a situação legalizada, mas considera desumano enterrar corpos no meio do passeio. Avisa que logo vão chegar à porta do palácio com um falecido sem ter onde enterrá-lo. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Registra que o cemitério do Bairro Aeroporto está em situação pior, tendo em vista que estão enterrando até no estacionamento, sem contar que ao lado da capela colocaram túmulos. Concorde que isso é uma falta de respeito e cita que a filha do pastor foi enterrada em Itapemirim, porque aqui não havia vaga. Diz que foi feito um barulho danado quanto àquele terreno do Bairro Village, projeto esse votado na correria, mas tudo ficou parado. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Diz que, sem querer aproveitar o lado da emoção, precisa registrar que a pasta referente aos cemitérios é totalmente de responsabilidade do Secretário Romário. Indaga se o citado secretário está cochilando naquela cadeira há quatro anos. Segue discorrendo sobre a situação do cemitério de Soturno, lembrando que o Dilleme fez o que lhe cabia enquanto secretário, assim como o Tenente Moulon, tendo ocorrido a licitação, com o terreno avaliado em 84 mil reais. Ressalta que a área ficava num lugar de melhor acesso, o proprietário vendeu essa parte para outro e também venderá a parte de cima, ficando Soturno sem cemitério, tanto é que estão sepultando os mortos do distrito lá em Santa Rosa. Menciona já ter levado ao conhecimento do Secretário Romário e do Solimar que o coveiro está vendendo terrenos do cemitério de Santa Rosa. Acrescenta que o Joemar, empresário da Ouro e Mel, pediu que ele, Lucas, abrisse os olhos, porque certamente esse funcionário não está sozinho nisso, visto que de tão humilde chegou a vender três terrenos por 2 mil e 400 reais. Repete que já avisou ao secretário sobre isso, mas aquilo lá está sem comando, e pergunta se, quando acabarem com todos os terrenos, os corpos serão enterrados no pátio do fórum. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Ressalta que é a segunda vez que ouve um colega dizer que isso é devido à inércia da Câmara, que não fiscaliza nem cumpre o seu papel. Diante dessas palavras, informa que tem uma pasta de ofícios que foram enviados à Agersa, ao Procon, à Guarda Municipal, à Odebrecht, à Flecha Branca e a diversas secretarias. Sugere que seja definido como deve se dar essa fiscalização, já que entende que cabe ao vereador buscar as informações e, caso perceba alguma prática ilegal, cobrar as providências. Salaria que não se sente confortável ao ouvir que a Câmara fica inerte, até porque, apesar de ser suplente de vereador e pertencer à base aliada do prefeito, não se considera parado, já que não deixa de fiscalizar nem de cobrar as coisas. Segue acentuando que não é possível fiscalizar tudo o tempo todo, inclusive comenta que o Vereador Lucas denunciou que um servidor municipal vendeu terrenos do cemitério público por 2 mil e 400 reais, o que é muito grave, razão pela qual pede que o próprio colega ou a Mesa Diretora tome as providências cabíveis. Pergunta de quem é a prerrogativa de puxar essa investigação e ele mesmo responde que acredita ser do vereador que fez a acusação.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

25

Sugere que seja aberta uma CEI ou outro procedimento para que essa situação seja apurada. Registra que, da sua parte, tem sim fiscalizado os serviços do Município, inclusive diz que, juntamente com o Vereador Rodrigo, foi à Secretaria de Saúde verificar algumas questões. Por fim, cita que não se sente incluído quando o vereador diz que a Câmara não fiscaliza. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Considera importante a indignação do colega. Em relação ao Secretário Neném Cadável, diz já ter ouvido no plenário da Câmara três ou quatro denúncias, envolvendo transporte de explosivos e até dirigir embriagado, e pergunta qual medida foi tomada. Ressalta que o Vereador Jonas também ouviu essas denúncias anteriormente, mas ficou o dito pelo não dito. Lembra que, em seu primeiro mandato, havia muitos processos contra o ex-prefeito Valadão e, embora o resultado, talvez, não tenha sido o que imaginava, houve sim uma investigação, sendo apurada muita coisa. Diz perceber que as denúncias feitas aqui têm sido de cunho pessoal e individual e que, agora, são necessárias no mínimo sete assinaturas para abrir uma CEI, quando antes precisavam de quatro, e era mais fácil conseguilas para investigar algumas condutas. Continua o seu discurso comentando que o próprio Vereador Jonas sugeriu a abertura da comissão especial do guincho e coloca-se à disposição para assiná-la também. Acrescenta que o colega ouviu uma denúncia grave de outro vereador, mas a Câmara não apurou, assim como houve acusações envolvendo o mesmo secretário muitas outras vezes e também nada foi investigado. Conclui, portanto, que, sozinho, não se chega a lugar nenhum, já que são necessárias algumas assinaturas para que possa haver uma investigação. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Informa que já usou a tribuna da Câmara por três vezes para falar desse assunto e acrescenta que, respeitosamente, procurou o secretário e o subsecretário para lhes contar sobre a venda de terrenos. Avisa aos espíões de plantão que tomou as medidas cabíveis e legais antes de usar a tribuna da Câmara para falar sobre essa situação. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Pontua que, em 2009, quando esteve à frente da Secretaria de Serviços Urbanos, foi feito um levantamento geral dos cemitérios de Cachoeiro, ficando constatado que, se não fosse tomada uma medida mais rigorosa quanto à aquisição de uma nova área, o Município enfrentaria muitos problemas nos próximos cinco, dez anos. Cita que, naquela época, havia apenas vinte e três vagas no cemitério do Bairro Coronel Borges, oito em Soturno e seis em Itaoca. Segue registrando que foi feito um relatório sobre esse problema, sendo o mesmo encaminhado ao prefeito, e informa que foram encontradas algumas dificuldades com relação a negociar as áreas com os proprietários, tanto devido às condições geográficas quanto aos valores. Elogia a postura do colega Maitan ao usar a tribuna para deixar bem clara a situação dos cemitérios de Cachoeiro, principalmente o do Coronel Borges, coisa que ele, Wilson, os Vereadores Lucas, Neném Cadável e outros também já fizeram aqui. Ressalta que a denúncia foi feita, mas que a apuração dos fatos, através de uma comissão, não compete somente a quem denunciou, e sim a todos os vereadores, que podem cumprir o seu papel de fiscalizador. Assim, divide essa responsabilidade com o companheiro Maitan e justifica a sua posição por entender que, se o vereador afirmou que a situação está crítica, tal assunto despertou o seu interesse para que, juntos, possam se aprofundar nisso com a administração municipal, de maneira a que o problema seja de fato resolvido. Comenta que não vai culpar o Vereador A, B ou C por

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

26

considerar essa uma responsabilidade de todos os parlamentares. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Deixa claro que, para abrir uma comissão de inquérito com vistas a apurar a denúncia, é preciso observar se o fato se configura em crime de responsabilidade ou em negligência do secretário. Concorda com o Vereador Maitan, pois certas coisas são ditas aqui, o vento leva e nada acontece. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Prossegue o seu discurso registrando que fez um pedido de informação, no início do ano, acerca dos dados da dengue e diz que, hoje, diante das palavras do Vereador Lucas, percebeu que tais números são encontrados só em Soturno. Lembra que fez novamente esse pedido de informação e que está aguardando a resposta, embora saiba que está morrendo gente por conta dessa doença, inclusive diz que denunciou que na Rua Santa Luzia havia seis casos de dengue que não tinham sido notificados. Afirma que a sua intenção é alertar o secretário sobre os bairros onde há focos do mosquito, e não tirar nem colocar ninguém nesse setor, basta ver que o processo de cassação do prefeito veio para a Câmara por duas vezes, tendo votado uma vez a favor e outra contra; portanto, isso não quer dizer que, investigando, vai tirar o secretário de seu cargo, e sim vai apurar se os fatos ditos da tribuna são verdadeiros ou não. Observa que todas as vezes que o colega Lucas usa a tribuna para falar do Romário, do Neném ou de qualquer outro secretário logo é atendido e avalia que é preciso acabar com esse negócio de conseguir as coisas só através de ameaça. Pergunta como ficam os demais vereadores que não usam a tribuna para enfrentar os secretários. Recomenda aos vereadores que apurem os fatos, independente de serem da base aliada do prefeito; do contrário, daqui a pouco, não haverá mais local para sepultarem os mortos. Com relação à dengue, finaliza o seu discurso dizendo que essa não é uma questão só do setor público, sendo necessário fazer um movimento com o objetivo de amenizar a situação. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Inicia o seu discurso falando de sua luta para levar água a Alto Moledo, reivindicação essa que faz desde a sua primeira semana de mandato, inclusive afirma que conseguiu mais de um 1 milhão de reais de emendas parlamentares com o ex-deputado Camilo Cola, o que não foi possível usar. Registra que arrumaram uma forma de levar água até àquela comunidade, cujo projeto chegou à Câmara no dia 02/10, nas mãos da Sra. Paula, assessora do presidente desta Casa, mas o mesmo não foi protocolado nem lido. Acrescenta que o referido projeto chegou à procuradoria só hoje, dia 13/10. Diz que está correndo atrás disso, porque viu o orçamento da Odebrecht, que começou em 750 mil reais e passou para 1 milhão de reais, diante da necessidade de subir três, quatro quilômetros abrindo valas, gastando-se com explosivos e tubulação. Classifica como falta de respeito esse projeto ainda não ter sido colocado em votação, visto que, como vereador, vota em tudo o que é bom para Cachoeiro e, portanto, gostaria que o presidente e os colegas entendessem que Alto Moledo necessita desse recurso para que a obra seja executada. Questiona o porquê de estarem jogando isso para lá e para cá. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Pergunta onde estava esse projeto do Executivo. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Responde que com o procurador, o qual lhe informou que chegou às suas mãos hoje. Cita que, na terça-feira passada, havia um impasse sobre onde estava essa proposta, sendo dito que a mesma seria colocada em votação hoje. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Questiona quem protocolou tal projeto. / **Alexandre Andreza**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Macedo: — Repete que a matéria chegou à Câmara no dia 02/10 e foi protocolada em 13/10. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Salienta que é preciso averiguar de quem é a responsabilidade, vez que o projeto nem chegou à sua comissão. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Afirma não ter dúvida nenhuma de que isso não é de responsabilidade dos componentes da comissão, até porque, como os colegas sabem da necessidade daquele povo, logo emitiriam o parecer ao projeto. Diz que vai esperar até terça-feira que vem para ver no que isso vai dar. Retomando o assunto do cemitério, registra que, há uns quinze dias, o Severino, que era motorista da prefeitura, faleceu, ocasião em que ouviu da família que era uma vergonha Itaoca não ter um local para enterrar um ex-servidor do Município. Deixa claro que essa situação não é por culpa do prefeito. Cita que, há uns seis meses, conseguiu a ampliação daquele cemitério, pois, como tinha 45 mil reais a receber do Almir Pernambuco, e havia uma área do Gratz com esse ex-deputado estadual, foi a Afonso Cláudio com vistas a fazer uma permuta; então, o Almir Pernambuco disse-lhe que podia usar aquela área, já que o que estava penhorado eram os maquinários, inclusive deixou a prefeitura à vontade para desapropriá-la. Ressalta que trabalharam dois finais de semana com escavadeira, pá carregadeira e caminhão para retirar os entulhos de lá e deixar na terra virgem, mas que até hoje não usaram a área, o que o leva a acreditar que é devido à politicagem, prejudicando os moradores. Comenta que pediu ao prefeito que buscasse uma área para comprar, quando esse lhe respondeu que não havia condições para isso; diante dessas palavras, ele, Alexandre, informou ao chefe do Poder Executivo que o secretariado dele sabia que havia uma área lá para ser usada. Segue destacando que o Sr. Braz Barros jogou para cima do Romário, que, por sua vez, devolveu para o Braz, e nada foi usado. Resumindo a situação, cita que ligou para o Secretário Braz, o qual lhe disse que não entende o porquê de o Romário não estar usando aquele terreno. Assim, conclui que muitas vezes o prefeito leva pancadas por culpa de secretário. Encerra a sua fala, repetindo que não há vaga no cemitério de Itaoca, apesar de haver área disponível para isso. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Dirigindo-se ao Vereador Alexandre de Itaoca, diz que o colega está coberto de razão no que se refere ao cemitério do distrito. Ratifica o seu posicionamento feito na tribuna, assim como também fez o Vereador Elimar Ferreira, não quanto a essa área intermediada pelo colega Alexandre, mas à forma de ampliar o cemitério de Itaoca, problema esse que vem sendo empurrado há muitos anos. Justifica a sua colocação, repetindo que esse conhecimento foi dado ao gestor em 2009, quando ele, Wilson, estava à frente da SEMSUR. Cita que agora o colega Alexandre chega com uma proposta muito melhor, já que se trata de uma área maior, sendo a única que pode ser agregada ao espaço físico existente hoje no cemitério. Salienta que Itaoca é o distrito que mais cresce em Cachoeiro e mais arrecadação traz para o Município, tendo o aumento da geração de emprego e, como consequência, também o de acidentes. Pontua que Itaoca foi o primeiro distrito a conquistar um pronto-atendimento exatamente devido a essas estatísticas; portanto, se esse problema não for resolvido, a situação ficará ainda mais grave. Segue o seu pronunciamento lembrando que foi aberta na Câmara uma comissão para tratar do trânsito e da mobilidade urbana, da qual o Vereador Luisinho seria um dos integrantes, mas, devido ao seu afastamento do Legislativo, outros colegas a compuseram, dentre eles o companheiro

27

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

David Lóss, que esteve presente em várias reuniões. Frisa que Cachoeiro de Itapemirim cresceu de forma desordenada ao longo dos tempos, tendo dado uma melhorada a partir de 1996, com o PDU e, depois, em 2006, com o PDM. Ressalta que, em função de uma lei federal de 2012, os Municípios com população acima de vinte mil habitantes deveriam tratar da questão da mobilidade urbana. Assim, pontua que Cachoeiro foi o primeiro Município do Estado do Espírito Santo a iniciar o trabalho de mobilidade urbana baseado nessa lei federal, embora tenha ficado um pouco atrás com relação a Vitória. Registra que foram realizadas duas ou três audiências públicas, com convite a vários órgãos representativos, como Acisci, Associação dos Deficientes Físicos, Agersa, CDL, centros de formação de condutores, centro universitário, Conselho Municipal de Trânsito, Conselho do Plano Diretor Municipal, Corpo de Bombeiros, CREA, Defensoria Pública, Defesa Civil, DNIT, DER, Detran, empresa de transporte público, faculdades, FAMMOPOCI, Foz do Brasil, Guarda Municipal, Hospital Infantil, Hospital Evangélico, Santa Casa, Unimed, hotéis, imobiliárias, imprensa, Ministério Público, OAB, Polícias Militar e Civil, Procon, Promotoria Pública, restaurantes, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Obras, Sest/Senat, Sindimármore e Sindirochas, tendo participado, conforme lista de presença, oitenta e dois representantes dessas instituições, que deram uma enorme colaboração. Segue destacando que, de cada um desses colaboradores, puderam extrair sugestões preciosas que hoje fazem parte do relatório, trabalho esse que começou a ser feito em 2013, mas, devido a tantas demandas, a cada semana eram acrescentados mais dados e informações importantes para o crescimento ordenado de Cachoeiro de Itapemirim. Diz que a comissão cuidou de pelo menos 95% de tudo o que está ligado à mobilidade urbana, como, por exemplo, transporte coletivo, melhoria no trânsito, passeios públicos, rotativo, prédios públicos, acessibilidade, iluminação pública, faixa de pedestres, ciclovia, carga e descarga, segurança, agentes de trânsito, frentistas, pontos de congestionamento, vias alternativas de contorno, pavimentação, campanha de conscientização, aeroporto municipal que opere em linhas normais e comerciais, parque industrial, passarelas, pontes de pedestres e de veículos, porto seco, principalmente com a possível chegada da Ferrovia Litorânea Cachoeiro de Itapemirim, agrupando ferrovia com rodovia, Plano Diretor Municipal, juntamente com a SEMDURB, municipalização das vias, enfim, foi uma abrangência muito grande. Lembra que há ainda a possibilidade de os vereadores apresentarem sugestões posteriormente e que os deputados também podem dar sua parcela de contribuição, quer seja com recursos, com palestras ou de outras formas. Ressalta que esse relatório consegue enxergar um horizonte de pelo menos trinta, quarenta e até cinquenta anos à frente para que o Município possa ter um crescimento muito mais ordenado e seguro, principalmente no que diz respeito ao ir e vir das famílias cachoeirenses. Reconhece que não foi possível contemplar tudo com detalhes, até porque as informações não foram realmente suficientes para que fosse feito muito mais para o Município de Cachoeiro de Itapemirim, mas afirma que a comissão fez o seu melhor. Diz esperar que esse trabalho traga um resultado positivo para o Município e ressalta que o Prefeito Carlos Casteglione conhece os problemas da cidade. Alega ter conhecimento de que o Município não tem recursos para cuidar de todos os projetos, sendo preciso recorrer aos

28

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

29

Governos Estadual e Federal; por isso, diz que o trabalho a ser feito entre os Poderes Legislativo e Executivo, a Assembleia Legislativa e a Câmara Federal será muito importante. Explica que esse relatório só foi concluído agora, porque a comissão estava aguardando a entrega do projeto feito pela Plamob, elaborado pelo Governo Estadual, que dava abertura para que esse trabalho fosse conduzido em comum acordo com a própria SEMDURB, que forneceu todos os dados estatísticos. Segue ressaltando que muita coisa boa já foi feita por esta administração em Cachoeiro, o que não significa sequer 5% daquilo que o Município precisa. Pergunta se uma única administração resolveria tudo e responde que não, pois é necessário que haja planejamento para tudo. Diz não ter a intenção de denegrir a imagem de outros gestores e reconhece que várias benfeitorias foram feitas no Município ao longo do tempo; porém, muito mais poderia ter sido feito, o que requer a união de esforços, razão pela qual sempre prega a harmonia entre os Poderes Legislativo e Executivo. Assim, pede aos colegas vereadores que apreciem o relatório da comissão para que o trabalho seja fechado com chave de ouro, repassando-o, depois, às mãos do prefeito municipal, que pode direcioná-lo melhor. Agradece ao presidente pela atenção dada à comissão ao longo desse período, atendendo aos pedidos de prorrogação de prazo. Agradece também a todos os vereadores que participaram desse trabalho, apresentando suas sugestões. / **Aparteando Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Parabeniza o trabalho do Vereador Wilson, que foi realizado com afinco, amor e experiência. / **Wilson Dille dos Santos:** — Agradece a todos aqueles que cooperaram com esse trabalho, pois ele, Wilson, não faz nada sozinho. Dirigindo-se ao Vereador David Lóss, agradece a sua colaboração intensa, desde o começo dessa proposta. Finaliza parabenizando também a sua equipe de trabalho, citando os nomes da Neia, do Marcão e da Valquíria. / **David Alberto Lóss:** — Inicia dizendo que secretário municipal, seja de que pasta for, não pode trabalhar sem dados e acrescenta que é fácil saber, através dos cartórios, quantas pessoas morrem por dia, por mês e por ano em Cachoeiro de Itapemirim. Lembra que fala sobre a informatização do cemitério há cinco, seis anos. Segue contando que certa vez, quando era secretário de Educação, precisava de uma área para construir uma escola em Soturno e procurou o proprietário de um terreno, da família Fraga, o qual lhe colocou abaixo dos cachorros, quase o expulsando de sua casa. Explica que a atitude desse senhor foi porque ele havia oferecido uma área de terra para a expansão do cemitério e não lhe pagaram, levando um “Tomé” da prefeitura. Acrescenta que o prefeito pagou, em duas parcelas, aquela área desapropriada e, depois, o proprietário acabou cedendo o terreno onde foi construída a escola de lá. Repete que o secretário precisa ter em mãos os dados para não ser pego de surpresa, com as pessoas dizendo que não há vaga na escola tal ou não é possível enterrar mais ninguém no cemitério. Comenta que já viu vários projetos, como a Agenda 21, onde foi gasto muito dinheiro e quase não apresentou resultado prático. Continua o seu discurso, classificando como muito bonito o trabalho feito pelo Vereador Dille, pois apontou o problema, fez o diagnóstico da situação local e apresentou uma solução, não se limitando a questionar ou denunciar nada de errado. Diante disso, ressalta que nenhum prefeito pode governar sem ler esse documento, que é um manual muito bom. Destaca que esse é um relatório especial de trânsito e de mobilidade da Câmara Municipal de Cachoeiro de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

30

Itapemirim, o qual deverá ser enviado para a Assembleia Legislativa e para outros lugares. Parabêniza o Vereador Wilson e a sua equipe pelo trabalho realizado e diz que, ao longo das reuniões, muitas sugestões foram acatadas e hoje fazem parte desse relatório didático, sendo um legado que ficará para a Câmara Municipal. Cita que esse trabalho ainda está aberto a sugestões, pois tudo pode ser melhorado. Prossegue o seu discurso pedindo ao presidente que designe alguém para preparar a pauta, visto que há alguns projetos da Casa e também do Executivo que poderiam estar em votação hoje. Encerra registrando que continua defendendo o Poder Legislativo, até porque sabe que a Câmara Municipal trabalha muito, inclusive, se comparada a outras por aí, a de Cachoeiro tem um trabalho digno em favor da população. / **Brás Zagotto:** — Inicia dizendo que sabe que a dificuldade do Município é grande também com relação a cemitérios e destaca que a Câmara aprovou um projeto para a abertura de um novo cemitério no Alto Village, o que, em sua opinião, não resolverá o problema, já que são apenas três mil e seiscentos metros quadrados. Cita que devem morrer mais de cento e cinquenta pessoas por mês em Cachoeiro. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Prorroga a sessão por tempo indeterminado para o término dos trabalhos. / **Brás Zagotto:** — Ressalta que o sacrifício do prefeito é grande para conseguir abrir aquele cemitério do Bairro Village, mas repete que o mesmo não resolverá o problema devido ao tamanho; assim, informa que protocolou uma indicação na Câmara para que seja feita uma parceria entre o Estado e o Município, visando a construção de um cemitério naquela área depois do Village da Luz, onde há mais de dez alqueires de terra. Acrescenta que, em três ou quatro alqueires de terra do Estado, é possível construir um cemitério que atenda ao Município por uns trinta anos. Afirma ter certeza de que o Governador Paulo Hartung doará aquela área à prefeitura para a implantação de um bonito cemitério público municipal. Segue informando que conversará com o prefeito e, depois, ligará para o subsecretário da Casa Civil, que é do Partido Solidariedade, solicitando que o mesmo agende com o governador para que o prefeito, juntamente com uma comissão de vereadores, possa levar até lá esse assunto, na esperança de que o Estado faça a doação daquela terra para o Município. Diz ao Vereador Jonas que achou muito sábia a atitude do prefeito de sancionar aquela lei que visa o bem-estar da comunidade, mesmo a matéria sendo inconstitucional. Justifica essa colocação, afirmando que o projeto foi aprovado pelo plenário da Câmara Municipal; portanto, tem legitimidade. Lembra que já discutiu muito sobre essa história de guincho, inclusive registra que ele, Brás, e o ex-vereador Fabinho chegaram a criar um projeto para que a prefeitura pudesse comprar guinchos com vistas a prestar esse tipo de serviço, mas que, lamentavelmente, isso nunca saiu do papel. Observa que muitas blitzes realizadas no Município são com relação a motocicletas, inclusive informa que, no sábado, fotografou em seu celular os agentes colocarem onze motos em cima de um guincho no Bairro Aquidaban, sendo cobrados onze fretes, o que totaliza cerca de 1 mil 450 reais da Ilha da Luz até o BNH, no Vagalume. Ressalta que nesse tipo de serviço ganha-se mais do que um caminhoneiro que, daqui ao Rio de Janeiro, recebe 900 reais, 1 mil reais, tendo que pagar ainda o óleo diesel. Assim, coloca-se à disposição do Vereador Jonas para assinar junto, caso seja aberta uma comissão especial para investigar isso, pois considera que tal projeto é direcionado ao povo de Cachoeiro. Lembra que, quando apresentou o projeto

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

31

dispondo sobre o uso de capacete, o fez com o objetivo de salvar vidas, diminuindo o número de assaltos, mas, mesmo a matéria tendo sido aprovada na Câmara, ao constatar que 92% das pessoas se posicionaram contra, calçou as sandálias de São Francisco de Assis e pediu desculpas à população de Cachoeiro, atitude essa que lhe rendeu mais de mil felicitações. Prossegue o seu discurso dizendo que na Avenida Beira Rio não se vê carros estacionados em cima da calçada, até porque a mesma tem trinta centímetros de altura, o que também atrapalha o condutor que para o veículo na rua, já que é difícil abrir a porta; então, pesquisou e viu que em Curitiba as calçadas são todas de vinte e cinco centímetros, o que impede o estacionamento de veículos em cima delas e ainda permite que a porta do carro seja aberta facilmente. Enfatiza que fará um projeto de lei dispondo sobre a altura das calçadas em Cachoeiro, para o qual conta com a assinatura dos colegas, de maneira a que seja uma proposta da Câmara Municipal, por entender que isso poderá reduzir em até 95% a quantidade de veículos estacionados em cima de passeios públicos, principalmente na área central do Município. Segue agradecendo os colegas vereadores que estiveram, na semana passada, na praça do Bairro Vila Rica, a qual foi reformada através de algumas parcerias, visto que o Município não tinha condições de fazer isso agora. Agradece também ao Aurinho, da Secretaria de Obras, que fez lá vários desenhos, sendo um artista de Cachoeiro. / **Aparteando Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Parabeniza o vereador e a comunidade, pois realmente a praça ficou muito linda. / **Brás Zagotto:** — Registra que essas são atitudes baratas que ajudam a comunidade. Agradece também ao Rubinho, à Dona Glória, ao Claudinho, ao Jercílio Cipriano e ao Fabrício. Informa que ontem foi feita lá uma festa que contou com a presença de mais de trezentas crianças e destaca que aquela praça deu nova vida ao Bairro Vila Rica. Parabeniza o Deputado Manato, do Solidariedade, que agora é o corregedor da Câmara Federal, por onde passarão os processos contra o Cunha, que é o presidente daquela Casa. Cita que o Manato deu uma entrevista ao Bom Dia Sul, falando com muita sabedoria. Ressalta que o Solidariedade já possui cinquenta e dois filiados registrados no Cartório Eleitoral e acrescenta que o Brasil só vai para a frente com a juventude entrando na política. Finaliza dizendo que, com vários jovens no Solidariedade e mesmo sem saber se virá como candidato, tem certeza de que o partido fará vereador na próxima eleição. / Passamos ao **Horário das Lideranças**, quando os líderes partidários declinaram da palavra. / Logo após, teve início a **Ordem do Dia**. / **Fabrício Ferreira Soares, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que o Projeto de Resolução 18/2015 seja apreciado hoje. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / Na sequência, foi realizada a **1ª Discussão** dos seguintes Projetos de Lei: 200, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 226, 227 e 228/2015 – David Alberto Lóss (Denominam vias públicas); 224/2015 – David Alberto Lóss (Altera o artigo 1º da Lei Municipal 4.7818, de 11/12/1998). / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que as matérias, com exceção do Projeto de Resolução 18/2015, sejam apreciadas em bloco. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Acata a solicitação do vereador. / Prossequindo, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 1645, 1646, 1647 e 1648/2015 – Júlio César Ferrari Cecotti;

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

32

1649/2015 – Brás Zagotto; 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659 e 1660/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683 e 1684/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1686, 1687, 1688, 1689, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709 e 1710/2015 – Lucas Moulais; **1644/2015 – Delandi Pereira Macedo** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 17/10/2015, das 8:00 às 12:00 horas); **1650/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior** (Convida o Sr. Alexandre Leal Rodrigues, Secretário Municipal de Defesa Social, para prestar esclarecimentos e informações acerca da aplicação da medida administrativa de remoção de veículos); **1685/2015 – Delandi Pereira Macedo** (Convoca a Sra. Cristiane Resende Fagundes Paris, Secretária Municipal de Educação, para esclarecer sobre o anúncio de fechamento de creche e de escola do Município); **Regime de Urgência** para apreciação dos Projetos de Lei 231 e 232/2015 – Poder Executivo; **Projeto de Lei 198/2015 – Poder Executivo** (Institui o Programa Municipal de Apoio às organizações da Agricultura Familiar). / Dando continuidade, foi colocado **em discussão o Projeto de Resolução 18/2015 – Fabrício Ferreira Soares** (Regulamenta a concessão de homenagens pela Câmara Municipal) * com Emenda Aditiva ao artigo 2º, acrescentando o parágrafo 4º, e Emendas Modificativas ao parágrafo 1º do artigo 2º e ao artigo 3º, apostas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Defende o projeto, justificando que a sua intenção é fazer com que as comendas da Câmara tenham o mesmo valor simbólico e institucional das do Poder Executivo. Segue destacando que, para a entrega da Comenda Rubem Braga pelo Município, há toda uma discussão, enquanto que em relação à Câmara, por ser uma por vereador, prevalece a vontade do parlamentar em homenagear uma pessoa de sua comunidade. Lembra que, quanto aos outros títulos de honraria, cada vereador poderá homenagear quem quiser, frisando que não está regulamentando todas as homenagens entregues pelo Legislativo. Informa que a Comissão de Constituição apresentou uma emenda aditiva ao projeto, acrescentando o parágrafo 4º, pelo fato de a procuradoria ter questionado que havia um ato que revogava as comendas; portanto, com essa emenda, não ficam revogadas as comendas já existentes. Pontua que o ato a ser mudado é o número de homenageados, já que a Câmara homenageia um mil trezentas e trinta pessoas por ano só com comendas, fora as outras honrarias, o que, somando, passam de cinco mil anuais. Cita que a sua ideia é que, quando o vereador criar uma comenda, após o debate na Câmara, sejam escolhidos três homenageados. Diz contar com o voto dos colegas a esse projeto, que tem o intuito de moralizar e criar parâmetros para a concessão de comendas. Sugere que quem tem dúvida quanto a esse projeto peça que o mesmo não seja apreciado hoje, mas que tenha o interesse de ler a proposta. Registra que os Vereadores Maitan, Lucas e outros fizeram alguns questionamentos, e o projeto foi adequado, através da comissão, inclusive ele, Fabrício, não quer votar nada antes que haja uma discussão, embora considere importante os vereadores encararem esse tema. Salienta que a Câmara está sendo banalizada devido ao grande número de homenagens concedidas. Ressalta que ele e os Vereadores Elias e David estão perdendo a vontade de vir à Câmara em dias de homenagens. Segue comentando que a ideia é que os

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

33

vereadores homenageiem pessoas após uma discussão na Câmara, de maneira a que haja qualidade quanto a essas concessões. Assim, pede aos vereadores que votem a favor desse projeto para que seja diminuído o número de homenageados com comendas, repetindo que a entrega de todos os outros títulos ofertados pela Câmara Municipal continua como estava. Pontua que parece que o Poder Legislativo não entendeu o que significa uma comenda, quando deveria seguir o mesmo parâmetro adotado pelo Governo do Estado e pela administração municipal, dando-se um valor diferenciado a esse tipo de concessão. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Diz ter sido abordado por pessoas questionando a quantidade de homenagens prestadas pela Câmara, as quais sabe que têm um valor muito grande para os cidadãos que contribuíram em determinada área, mas reconhece a importância da propositura apresentada pelo Vereador Fabrício até para que isso tenha mais valor ainda. Cita como exemplo a entrega da Comenda Roberto Carlos aos músicos da cidade, sendo cento e trinta e dois homenageados a cada quatro anos; portanto, chegará uma hora em que será até difícil encontrar a quem homenagear. Assim, entende que, se essa quantidade for reduzida, terá até um efeito maior. Enfatiza que também compreende o lado dos vereadores que querem homenagear famílias importantes e pessoas que contribuíram com a sociedade, mas vê uma razão para esse projeto ora discutido. Registra que a emenda apresentada não elimina a concessão das comendas, apenas reduz a quantidade de homenageados. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Diz que achou tal proposta muito importante, mas que fez uma ressalva para que seja dado ao vereador que criar a comenda o direito de indicar um homenageado. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Enfatiza que isso é uma coisa muito complexa, tendo em vista que são dezenove vereadores e todo mundo quer indicar um nome. Pergunta como ficará quando forem concedidas apenas três ou quatro comendas, já que a coisa fica complicada quando se fala em coletividade. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Cita que fez essa ressalva para que o autor tenha o direito de indicar um homenageado, cabendo à Câmara definir os outros dois nomes. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Ressalta que já funciona assim com relação a vários títulos quando da festa de Cachoeiro. Esclarece que é preciso entrar em consenso para votar, já que isso é só com relação às comendas, pois os vereadores poderão indicar os homenageados para receberem títulos de honraria e outros mais. / **David Alberto Lóss:** — Salienta que é preciso analisar o objetivo da homenagem a ser prestada e o que desejou o autor quando criou tal comenda, observando qual o perfil da pessoa a ser homenageada. Diz-se desanimado de participar dessas sessões por não ter encontrado pessoas com o perfil do que diz a lei para receber essas homenagens e reconhece que houve um aumento da concessão de comendas. Analisa que pior do que a quantidade de homenagens é homenagear alguém só para cumprir tabela. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que a comenda valoriza a Câmara quando ela destaca a pessoa que dá nome à homenagem. Diz não ter dúvida de que quem recebe a homenagem sai da Câmara agradecido e honrado por ter sido lembrado. Cita como exemplo o encontro que fez com os radialistas, ocasião em que o Mauri Cardoso lhe disse que achou que, com cinquenta e dois anos de profissão, morreria sem receber uma homenagem pelo Dia do Radialista. Classifica essa como uma oportunidade que a Câmara tem de honrar as pessoas. Avalia que o colega Fabrício deseja valorizar as

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

34

comendas; entretanto, em seu entendimento, isso vai retirar o prestígio dos vereadores. Pontua que quem vai conceder essas homenagens será o presidente, embora reconheça que hoje, como o Júlio Ferrare é candidato a prefeito na próxima eleição, ele permite que o vereador indique um nome; porém, passada essa etapa eleitoral, será ele e a Mesa Diretora que prestarão essas homenagens, o que deixará os demais parlamentares sem prestígio, razão pela qual votará contra o referido projeto. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Concorda com as palavras do colega Delandi, pois há vereadores mais antigos, como o Sabadini, por exemplo, que têm participação nessas comendas. Segue lembrando que o Vereador Brás apresentou um projeto interessante, passando a entrega das homenagens para toda última segunda-feira do mês, o que tranquilamente daria conta para não inchar a sessão nem aborrecer os colegas; porém, isso não está sendo cumprido, haja vista que em toda reunião há homenagem de forma errada, o que cansa a todos. Pede aos vereadores que olhem pelo lado das famílias que foram homenageadas e analisa que tal projeto será um tiro no pé, sendo o mesmo que denominar uma rua e, depois, colocar nela outro nome. Salienta que, como o colega Fabrício disse que não será mais candidato a vereador, deveria deixar isso para quem quer ser. Justifica suas palavras dizendo que participa das homenagens aqueles vereadores que gostam, inclusive informa que tem dias em que ele, Luisinho, não quer homenagear ninguém. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Cita que a questão de querer ou não ser candidato a vereador é uma coisa pessoal, mas que, como está vereador, apresentou esse projeto. Pede que os colegas não confundam homenagem com comenda. Frisa que a Câmara perdeu o conceito de comenda há muito tempo, visto que vereador só sabe criar comenda no Legislativo. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Avalia que o colega Fabrício está sempre tentando desmoralizar os vereadores. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Registra que, desde 2009, não vê colegas criarem títulos de honraria ou medalhas, só comendas. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Rebate dizendo que, como vereador que é, o próprio Fabrício pode também ter feito isso. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Afirma que já criou comenda. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Salienta que outros vereadores criaram comendas, o que demonstra que a Casa é ativa. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Defende-se registrando que não disse que a Casa não era ativa. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Repete que o colega Fabrício está sempre tentando desmerecer os vereadores. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Deixa claro que não considera desvalorizar os vereadores o fato de querer discutir nomes, pelo contrário. Discorda do colega que disse que quem vai conceder essas comendas será o presidente da Câmara. Diz que quem não concorda com o projeto pode votar contra, até porque respeita a opinião de todos da Casa. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Cita que, como o colega usou a tribuna para explicar o projeto, deve ter respeito para ouvir a opinião dos vereadores. Diz-se preocupado quanto ao tiro que será dado no pé, já que, ao acabar com determinada homenagem ou comenda, a família cobrará do vereador. Segue registrando que, quanto à proposta do colega Brás em aumentar a altura das calçadas, ele, Luisinho, comentou com os Vereadores Lucas e Júlio que teriam que ficar atentos, já que isso poderá provocar a queda de uma senhora ou até de uma bicicleta, sendo, portanto, preciso analisar bem para não errarem como foi feito com relação ao projeto dispondo sobre o uso de capacete. / **Elias de Souza:** — Analisa que ele, Elias, deve

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

35

ter sido o vereador que mais criou comendas na Câmara, como a Zumbi dos Palmares, destinada a homenagear aqueles que lutam pela igualdade dos negros, a qual considera já ter perdido o sentido, a Roberto Carlos Braga, que, a princípio, homenagearia uma só pessoa, mas, depois, fizeram uma emenda para homenagear os músicos da terra e do Brasil, a qual também acredita já ter perdido o sentido, e a Batistinha, que foi o maior líder sindical que o país já teve. Diante disso, concorda com o Vereador Fabrício, pois é preciso realmente identificar o perfil das pessoas a serem homenageadas com as comendas. Já em relação às honrarias, sugere que os colegas façam o mesmo que ele, Elias, fez em seu primeiro mandato, em 2005, que era, por exemplo, no Dia Internacional da Mulher, escolher, através da lista telefônica, oitenta, cem mulheres e mandar um certificado para elas com os seguintes dizeres: “Conferir, em nome do mandato do Vereador Elias de Souza, o Título de Mulher Cachoeirense à Fulana de Tal”. Indaga por que só homenagear na Câmara, já que cada vereador pode conferir um certificado de honraria a qualquer um. Afirma que o projeto do Vereador Fabrício não tem por objetivo diminuir o número de honrarias e acrescenta que essas três comendas citadas anteriormente foram banalizadas sim, já que muitos homenageados, às vezes, não têm o perfil pretendido. Assim, diz que é preciso ter cautela, motivo pelo qual votará a favor do projeto por também entender que há muitos comendadores em Cachoeiro. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Classifica como boa a proposta de diminuir o número de comendas prestadas, mas observa que há muitos anos a Câmara vem prestando esse tipo de homenagem; então, considera precipitada uma decisão como essa. Analisa que seria preciso formar uma comissão, composta por dois ou três vereadores, envolvendo o jurídico e o cerimonial da Casa, para fazer o levantamento de todas as comendas, desde a primeira instituída na Câmara, de maneira a que os vereadores conheçam de fato essas propostas, que agora fora colocada de forma muito superficial. Acrescenta que também deve ser levantada a quantidade de homenagens, analisando ponto por ponto, e cita como exemplo a dos garis, que, sendo homenageados dezenove deles a cada ano, daqui a pouco, não haverá mais a quem homenagear. Ressalta que por duas vezes apresentou projeto de homenagem, repetindo outras propostas de colegas vereadores. Saliencia que o Presidente Júlio apresentou, na semana passada, uma homenagem à Sra. Olga, do Asilo João XXIII, mas ela já tinha sido homenageada no ano passado, assim como vários outros casos se repetem na Casa. Diante disso, pede que seja dado tempo para que a comissão analise caso por caso, de forma a que a Câmara seja organizada, pois do jeito que as coisas estão não podem continuar. / Posto em votação, o **Projeto de Resolução 18/2015**, acima descrito, **foi aprovado**, juntamente com as emendas apresentadas, por oito votos contra sete do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Elias de Souza, Fabrício Ferreira Soares, Jonas Nogueira Dias Júnior, Leonardo Pacheco Pontes, Lucas Moulais e Rodrigo Pereira Costa. **Votaram contra:** Alexandre Bastos Rodrigues, Brás Zagotto, Carlos Renato Lino, Delandi Pereira Macedo, Luis Guimarães de Oliveira, Osmar da Silva e Wilson Dilem dos Santos. / **Júlio César Ferrari Cecotti (Presidente):** — Registra que, quando um vereador lhe pedir permissão para prestar homenagens intercaladas, não cederá mais, pois o presidente será rígido e respeitará a lei. / **Seguem justificativas de voto.** / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** —

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”

